

VIVACIDADE  
Desafios, Planejamento e Participação

ímpeto

ÍMPETO | REVISTA DE ARQUITETURA E URBANISMO



Memória guardada dentro de uma porta, ali, na metade do corredor da FAU.

Essa porta nunca se aquieta, é sempre visitada: as pessoas não sabem direito o porquê, mas batem nela quando precisam de algo. Porta que testemunha todas as chegadas - sempre um novo ânimo para o grupo - e partidas - quase sempre saudades.

Dentro dela, um espaço que guarda. Guarda muitos papéis, livros, armários que trocam ocasionalmente de dono, cadeiras em constante dança, testemunhas do cotidiano.

Sobretudo nos guarda. O refúgio: lugar para explodir, dar risada, trabalhar em silêncio. Naquela sala cada um encontra o seu canto: sua cadeira, seu armário. Ao entrar no PET ganha-se pelo menos 12 companheiros e opta-se por dividir o tempo por 12.

Também por 12 se divide o risco. As atividades sempre com ar de tentativa, de aprendizado. A autonomia da escolha: aqui tudo se pode propor, tudo se pode realizar. O nome ímpeto não foi uma escolha aleatória.

É um trabalho arriscado esse de explorar possibilidades. Arriscado e muitas vezes incompreendido. É difícil mesmo entender um grupo que se propõe a materializar uma filosofia que atualmente parece antiquada: a filosofia da partilha, do convívio. Partilha de uma sala, do tempo, dos riscos, do aprendizado.

As vezes nem essas 13 pessoas sabem direito o que isso significa. Mas se sentem parte de algo. Parte de um grupo que nunca se esgota e da construção de uma memória que se expande.

É justamente a memória que mantém o petiano. É a sensação que se desperta ao saber que outros também percorrem aquele espaço, partilharam as cadeiras e as experiências.

A Ímpeto enquanto fruto de uma coletividade, produção do PET, é mais um desses elos que conectam os petianos que são e que foram petianos. Aquilo que permanece, que continua, constantemente (re)apropriado.

esta revista é produção de um grupo de 18 pessoas e 22 anos de memória

# ímpo eto

ÍMPETO | REVISTA DE ARQUITETURA E URBANISMO

Nº 7



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**

**REITORA**

Maria Valéria Costa Correia

**VICE-REITOR**

José Vieira da Cruz

**DIRETORA DA EDUFAL**

Oswaldo Batista Acioly Maciel

**CONSELHO EDITORIAL DA EDUFAL**

Oswaldo Batista Acioly Maciel (Presidente)

Adriano Nascimento Silva

Ana Cristina Conceição Santos

Cid Olival Feitosa

Cristiane Cyrino Estevão Oliveira

Janayna da Silva Ávila

Maria Cristina Soares Figueiredo Trezza

Nilton José Resende de Melo

Ricardo Carvalho Cabús

Talvanes Eugênio Maceno

Tania Marta Carvalho dos Santos

**COORDENAÇÃO EDITORIAL**

Fernanda Lins

Catálogo na fonte

Ímpeto: Arquitetura e Urbanismo / Universidade Federal de Alagoas  
- Ufal - ano 1, n.1 (setembro de 2008), -- Maceió: Edufal, 2008- .  
v.

Publicação mudou para periodicidade bianual a partir do 3º ano.  
Anual

ISSN: 1983-6171

1. Arquitetura. 2. Urbanismo. 3. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo  
da Ufal.

CDU: 7114(051)

Direitos desta edição reservados à  
Edufal - Editora da Universidade Federal de Alagoas  
Av. Lourival Melo Mota, s/n - Campus A. C. Simões  
Centro de Interesse Comunitário - CIC  
Cidade Universitária, Maceió/AL Cep.: 57072-970  
Contatos: [www.edufal.com.br](http://www.edufal.com.br) |  
[contato@edufal.com.br](mailto:contato@edufal.com.br) | (82) 3214-1111/1113

Editora Afiliada:



Universidade Federal de Alagoas  
PET Arquitetura

**ímpo**  
**ETU**

ÍMPETO | REVISTA DE ARQUITETURA E URBANISMO  
Nº 7

 **Edufal**  
Editora da Universidade Federal de Alagoas

# REVISTA ÍMPETO n. 7

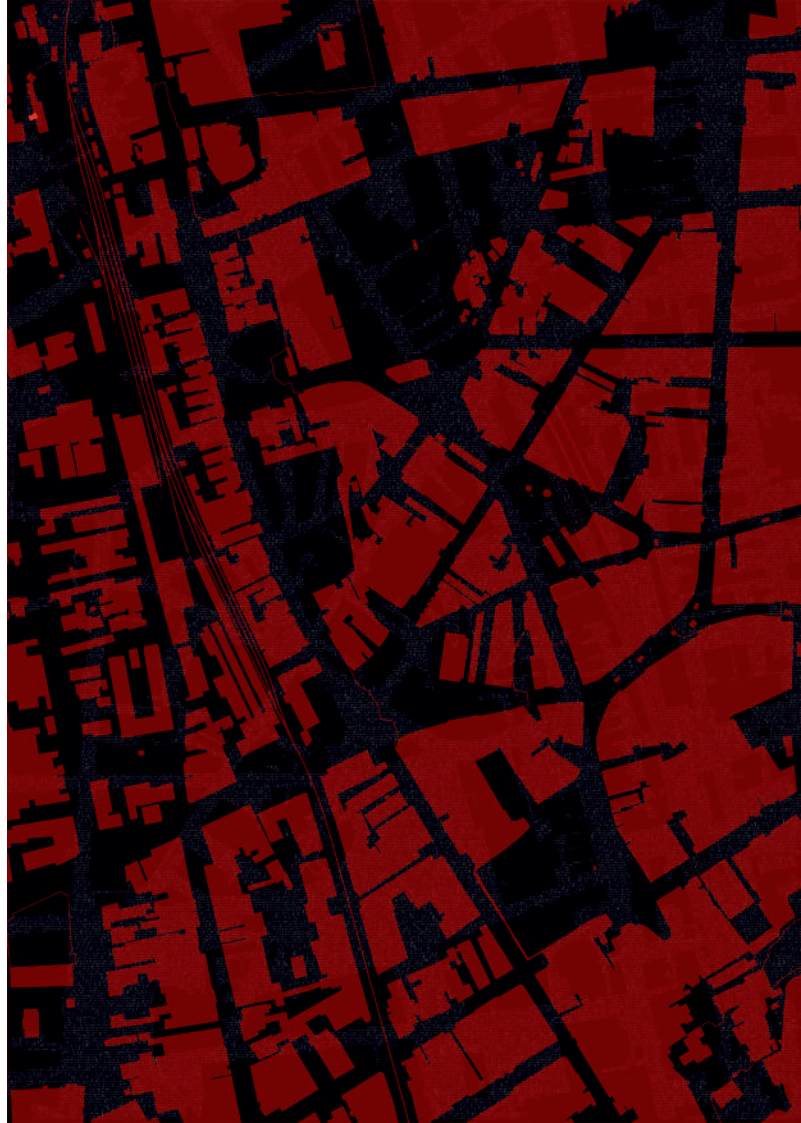
## OS ARTISTAS | Maria Luísa Machado, Tuanne Carvalho e Vinícius Godoy

Somos plural. Desde o início, desde as primeiras inquietações, desde as primeiras ideias rabiscadas. Cada escolha feita e cada traço desenhado tem um pouco de cada um de nós. Pois, também somos singular. A arquitetura e o urbanismo que nos juntou, nos fez coletivo e nos fez encarar o desafio de VIVER a CIDADE com olhos e sentimentos aguçados. Assim, nós três, Malu, Tu e Vini construímos em conjunto os nossos argumentos e conceitos, inspirados, principalmente, pelas nossas experiências e memórias vivenciadas na cidade de Maceió. O que ficou impresso, na capa registrado, foi a divertida tarefa de traduzir nossas discussões cotidianas em arte.

@ maluvmachado

<https://www.behance.net/tuanne>

<https://issuu.com/v.godoy>



## CONCEITO DA CAPA

Os lugares possuem, como qualquer fenômeno real, capacidade de transmitir mensagens que serão interpretadas como revelação de certos sinais codificados. (KOHLSDORF, 1996, p. 26)

Norteados pelas palavras da urbanista Maria Elaine Kohlsdorf, percebemos que a cidade de Maceió transmite em sua imagem mapeada as marcas de uma passagem no tempo. Identificamos edificações e espaços públicos, cheios e vazios, cuja relação foi o exercício dessa síntese gráfica por meio de um recorte do Centro da cidade. Os cheios preenchidos, duplicados e refletidos representam as edificações, marcas fixas na paisagem, enquanto os vazios representam a dimensão dinâmica, onde são tecidas a cada redesenho, planejado ou espontâneo, novas histórias numa cidade viva e eternamente mutável.

### CONSELHO EDITORIAL DA REVISTA ÍMPETO:

Geraldo Majela Gaudêncio Faria  
Gianna Melo Barbirato  
Juliana Oliveira Batista  
Léa Cristina Lucas de Souza  
Lúcia Tone Ferreira Hidaka  
Roseline Vanessa Santos Oliveira  
Suzann Flavia Cordeiro de Lima  
Verônica Robalinho Cavalcanti

### COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA CAPA:

Eva Rolim Miranda  
Juliana Donato de Almeida Cantalice

### REVISÃO:

Camilla de Castro Marcelino (PET Letras)  
Mileyde Luciana Marinho Silva (PET Letras)

### CAPA:

Maria Luísa de Carvalho Viégas Machado  
Tuanne Monteiro de Carvalho  
Vinícius Godoy de Melo

### COORDENAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO:

Alexandra Jane de Carvalho Freitas  
Álvaro Barbosa Gomes de Moraes  
Dayanna Klécia da Silva Barbosa  
Francisco Barbosa Neto  
Hedhyliana Walkyria Rodrigues de Melo  
Jéssica Ellen Dias  
Maria Luísa de Carvalho Viégas Machado  
Rodrigo Medeiros Frazão de Azevedo

### REALIZAÇÃO:



### Contatos:

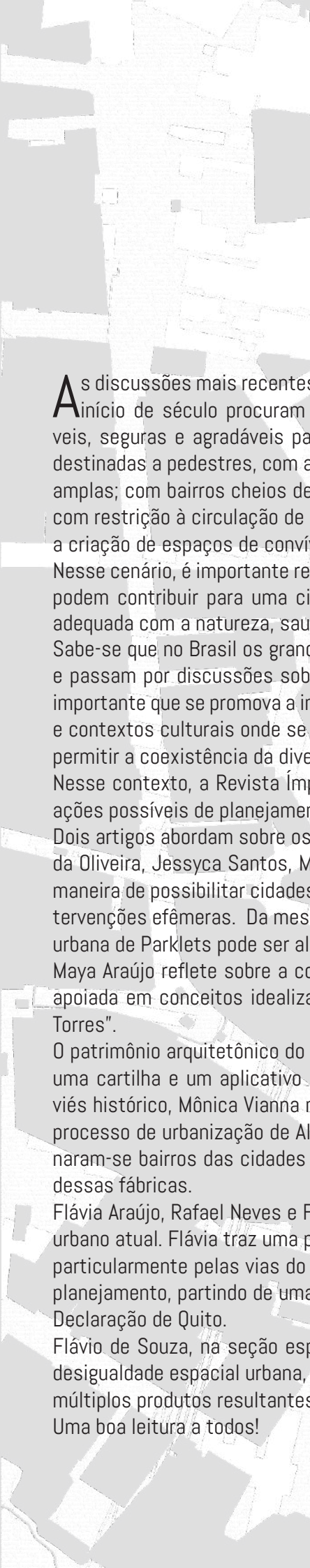
Site: <http://petarqfal.wixsite.com/petarq>  
Email: [petarqfal@gmail.com](mailto:petarqfal@gmail.com)

### PET Arquitetura

Alexandra Jane de Carvalho Freitas  
Álvaro Barbosa Gomes de Moraes  
Amanda Borges Castelo Branco de Magalhães  
Dandara Melo Correia  
Danielle Tavares Vicente Santos  
Dayanna Klécia da Silva Barbosa  
Francisco Barbosa Neto  
Hedhyliana Walkyria Rodrigues de Melo  
Jéssica Ellen Dias  
Leandro Ferreira Marques  
Maria Luísa de Carvalho Viégas Machado  
Mariane Nascimento de Moraes  
Maya Neves de Moura Araújo  
Mayara de Paula Almeida  
Rodrigo Medeiros Frazão de Azevedo  
Sara Cristina da Silva  
Valéria da Silva Leite Ciriaco

### Tutora

Gianna Melo Barbirato



As discussões mais recentes sobre o meio ambiente urbano nesse início de século procuram modelos de cidades mais sustentáveis, seguras e agradáveis para seus habitantes, com mais áreas destinadas a pedestres, com acessibilidade, arborização e calçadas amplas; com bairros cheios de vitalidade em todas as horas do dia; com restrição à circulação de carros durante certos períodos e com a criação de espaços de convívio público adequados e convidativos. Nesse cenário, é importante refletir como os arquitetos e urbanistas podem contribuir para uma cidade baseada em uma relação mais adequada com a natureza, saudável, justa e igualitária, com adequado adensamento construtivo e infraestrutura.

Sabe-se que no Brasil os grandes desafios urbanos ainda estão enraizados na desigualdade sócio espacial e exclusão e passam por discussões sobre moradia, infraestrutura, transportes, energia e patrimônio, entre outros aspectos. É importante que se promova a integração das áreas de ocupação informal à cidade, respeitando as conformações sociais e contextos culturais onde se inserem, e que, nessas ações, o planejamento participativo seja estimulado, de modo a permitir a coexistência da diversidade. Esse, sim, é um grande desafio.

Nesse contexto, a Revista Ímpeto n. 7, através dos artigos aqui apresentados, discute a cidade e seus desafios, as ações possíveis de planejamento e a importância da participação do cidadão.

Dois artigos abordam sobre os espaços públicos urbanos e formas de intervenção. Em um deles, de autoria de Fernanda Oliveira, Jessyca Santos, Michele Monte, Renata Melo e Thiago Brito, o urbanismo tático é apresentado como uma maneira de possibilitar cidades mais amigáveis aos cidadãos, a partir da aplicação de metodologias participativas e intervenções efêmeras. Da mesma forma, Jessica Leite, Wemerson Soares e Ivvy Quintella mostram como a experiência urbana de Parklets pode ser aliada no melhoramento da qualidade de vida da cidade.

Maya Araújo reflete sobre a configuração urbana cada vez mais segregada e ineficiente no contexto contemporâneo, apoiada em conceitos idealizados e enraizados de cidade e planejamento urbano da "Cidade Jardim" e "Cidade das Torres".

O patrimônio arquitetônico do Centro de Maceió é uma preocupação presente no artigo de Karla Calheiros, que mostra uma cartilha e um aplicativo como instrumentos de auxílio a gestores públicos no controle de irregularidades. Sob viés histórico, Mônica Vianna mostra a trajetória de antigos complexos fabris têxteis e a influência que exerceram no processo de urbanização de Alagoas, focando como muitas das vilas operárias construídas ainda no século XIX tornaram-se bairros das cidades ou mesmo novas cidades indutoras de desenvolvimento após o processo de desmonte dessas fábricas.

Flávia Araújo, Rafael Neves e Flávio de Souza mostram reflexões importantes sobre segregação e exclusão no cenário urbano atual. Flávia traz uma provocação sobre o surgimento de outras formas de planejar, ocupar e construir cidades, particularmente pelas vias do planejamento dito "insurgente". Rafael discute o conceito de "integração" no campo do planejamento, partindo de uma reflexão teórica com abordagens e análise sobre conteúdos que o conceito assume na Declaração de Quito.

Flávio de Souza, na seção especial da Revista (da qual foi idealizador), versa sobre os fundamentos e princípios da desigualdade espacial urbana, que se refletem na espacialidade da oferta de serviços, entendendo que as cidades são múltiplos produtos resultantes de inúmeros e variados processos sociais.

Uma boa leitura a todos!

# EDITORIAL

**Gianna Melo Barbirato**  
Tutora do PET Arquitetura



# SU- MÁ- RIO

ESPECIAL

10

Dos fundamentos e princípios sobre a desigualdade espacial urbana e o planejamento.  
Flávio Antônio Miranda de Souza.



# 19 TEMÁTICA

**20** Tecendo Cidades: a influência dos complexos fabris têxteis na urbanização alagoana.

Mônica Peixoto Vianna.

**24** Como instituir vivacidade? Outro(s) Planejamento(s), outras narrativas para ocupar e construir coletivamente nossas cidades.

Flávia de Souza Araújo.

**31** Conceito integração na teoria do planejamento: bases para o enfrentamento da fragmentação urbana.

Rafael Rust Neves.

# 30 SUBMISSÕES

**39** Um olhar sobre o impacto do urbanismo idealizado na sociedade urbana contemporânea: A cidade Jardim e a Cidade das Torres.

Maya Neves de Moura Araújo.

**42** Educação patrimonial como meio para coibir as irregularidades no patrimônio cultural do centro de Maceió.

Karla Rachel Jarsen de Melo Calheiros.

**46** O campo ampliado da arquitetura: Os Parklets como novos paradigmas da apropriação do espaço público.

Jéssica Ellen Dias Leite

Wemerson Silva Soares

Ivy Pedrosa Cavalcante Pessôa Quintella

**50** Quintal urbano em ação: metodologias participativas e intervenções efêmeras como estratégias de ativação dos espaços públicos.

Fernanda Lorena Rabelo de Oliveira

Jessyca Floro dos Santos

Michele de Melo Monte


Renata Maria Nobre de Melo

Thiago de Carvalho Brito



# ES CIPTE AI.





# DOS FUNDAMENTOS E PRINCÍPIOS SOBRE A DESIGUALDADE ESPACIAL URBANA E O PLANEJAMENTO.

Flávio Antônio Miranda de Souza.  
Prof. Titular da Universidade  
Federal de Pernambuco (UFPE).  
fdesouza67@gmail.com

As relações entre planejamento urbano e formas de participação nos colocam diante de desafios de diferentes naturezas: política, jurídica, econômica, social, moral, etc. A questão referente ao poder e os efeitos espaciais produzidos por meio desse poder parece ser o mais relevante para os propósitos desse trabalho, uma vez que produz efeitos perversos na distribuição das riquezas nas cidades, que ocorrem quase que sistematicamente desigual. As desigualdades em relação ao acesso às riquezas produzidas nas cidades se refletem na espacialidade da oferta de serviços urbanos e suas desigualdades quanto à materialidade das construções de estradas, dos corredores de transporte, da qualidade da infraestrutura de saneamento, da quantidade e da qualidade das escolas, das unidades de saúde, da oferta de empregos e suas especialidades, entre outras coisas.

O tema da desigualdade espacial nos remete ao tema das riquezas produzidas, por todos, nas cidades, mas que não são compartilhadas por todos, de forma justa. Se entendermos as cidades como uma construção social, e, portanto, uma materialização da sociedade, de uma forma ou de outra, todos que compõem uma determinada sociedade são responsáveis pela produção das cidades. É bem verdade que

uma cidade não se constrói instantaneamente, sendo um processo histórico, gradativo e continuado. Algumas vezes, construindo e expandindo, algumas vezes, destruindo e renovando. Apesar de estar materializada hoje, agora, uma cidade não é um produto, mas múltiplos produtos resultantes de inúmeros e variados processos sociais.

Os processos sociais de produção de uma cidade envolvem interações sociais por meio de, por exemplo, disputa, cooperação, associativismo, descaso, cooperação, entre outros. A cidade, conseqüentemente, não é homogênea, nem são homogêneos os processos de produção e transformação dos espaços urbanos. Se falarmos em relação ao espaço, podemos pensar em vários espaços. Se falarmos em relação ao tempo, podemos pensar ao longo do tempo. Não estamos falando de algo estático, parado no tempo e no espaço. Falamos de algo extremamente dinâmico que se altera no tempo e no espaço.

Em termos da produção das riquezas, fazendo um breve recorte da vasta história mundial, durante a Idade Moderna ocorreram inúmeros e importantes momentos da história mundial, desde o Renascimento, a Reforma, o Absolutismo, o Mercantilismo e as Grandes Navegações. Podemos destacar para os propósitos desse trabalho, o Mercantilismo, uma doutrina econômica que caracterizou a revolução comercial, do século XVI ao século XVIII. O Mercantilismo, de modo geral considerava que a base da riqueza de uma nação era advinda do crescimento populacional e da acumulação de ouro e prata. Para acumular metais preciosos, o Estado deveria ditar leis de comércio, estabelecendo tarifas alfandegárias e proibições à exportação, bem como outorgar patentes de monopólio a pessoas e companhias para comercializar diversos produtos, mesmo em detrimento das nações vizinhas.

Para a manutenção desse modelo de acumulação de riqueza era necessário haver uma grande quantidade de ouro e prata para custear as despesas provenientes da manutenção de uma imensa máquina administrativa e de uma vasta esquadra de navios e exércitos profissionais

(OLIVEIRA, 2013). Esse período correspondeu à estagnação das atividades comerciais devido às guerras e aos sucessivos colapsos da produção agrícola, mas também de perda de sua autonomia política.

Por outro lado, a Fisiocracia, base da escola de pensamento econômico que deu origem ao liberalismo econômico, considerava o sistema econômico como um *organismo* regido por leis naturais, ou seja, o sistema econômico era realizado por mecanismos que independem da vontade humana, uma vez que seria a liberdade do comércio que atuaria como força primária da riqueza, sendo suficientes para que os produtos agrícolas gerassem as riquezas para o Estado (NAPOLEONI, 1988). Dessa forma, o Estado era um ator importante na produção das riquezas, mas não figurava como o mais importante. O Estado cumpria funções mínimas, próprias do Estado Nação, por exemplo: exercer domínio sobre o território, realizar cobrança de impostos, administrar a justiça e proteger os cidadãos. Em outras palavras, o Estado deveria deixar que regras naturais de mercado governassem o próprio mercado, sendo a lei da oferta e da procura responsável para a produção de equilíbrios. Por outro lado, os indivíduos objetivando maximizar seus lucros e seus próprios interesses estabeleceriam uma ordem, mesmo que sem assim o planejar (AGUDELO, 2011) e beneficiariam os partícipes do sistema produtivo.

Durante o século XVIII, pensadores como Adam Smith e David Ricardo afirmavam que o trabalho é a fonte da riqueza social e formularam a teoria do valor trabalho, segundo a qual o valor é determinado pela quantidade de trabalho, em função do tempo. Segundo a teoria do valor trabalho, o lucro capitalista advinha como produto do trabalho não pago ao trabalhador. Ou seja, a exploração do trabalho figurava como elemento fundamental para a produção da riqueza. Aparentemente, a noção de justiça era vista como elemento da natureza, não sendo necessária intervenção humana na distribuição de riquezas. Com o advento do pacto das 13 colônias americanas (1778) e, posteriormente, da Revolução Francesa (1789) e a convenção do início

da Idade Contemporânea, por meio da queda da aristocracia francesa amparada no absolutismo monárquico, notam-se os registros do Estado Liberal. Um marco desse período é, sem dúvidas, a *Declaração dos direitos do homem e do cidadão*, propagando uma ampla liberdade individual e os princípios de uma democracia representativa com separação e independência entre três poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário. Entretanto, os princípios e a prática do Liberalismo começaram a ser contestados em meio à grave crise social em plena Revolução Industrial em meados do século XIX. No final do século XIX, tentando evitar a revolução social nas ruas, os liberais admitiram que o Estado assumisse gradativamente a posição de intervencionista, visando combater o abuso do poder econômico e se esforçar para aliviar as injustiças sociais.

Em paralelo, surgem doutrinas historicistas e intervencionistas a partir do discurso socialista, que evoluiu com o tempo para as democracias sociais da Europa. Em 1917, com a Revolução Russa, surge o Estado Social, promovendo a intervenção do Estado na economia para garantir um mínimo necessário ao cidadão, a aproximação a uma igualdade material, a autonomia e a divisão dos poderes por meio da Constituição para garantir direitos sociais como, educação, saúde, trabalho, moradia, entre outros.

O período de 1918 a 1939, que vai do final da Primeira Guerra Mundial até o início da Segunda Grande Guerra, é conhecido como o período Entre Guerras. Este período é marcado por vários acontecimentos de extrema relevância para entendermos o papel do Estado na economia e o acesso às riquezas produzidas pela sociedade e, a promoção da justiça. Um dos acontecimentos que determinou o foco de atuação do Estado pode ser atribuído à crise da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929, à qual se seguiu um enorme desastre econômico (Grande Depressão). Outro momento importante ocorreria em 1933, com a ascensão ao poder de Franklin Delano Roosevelt como presidente dos Estados Unidos em 1933 e de Adolf Hitler como chanceler da Alemanha em

1933.

Para tirar o país da Grande Depressão, o então presidente dos Estados Unidos Roosevelt estabeleceu o *New Deal* em 1933, uma série de programas destinados a recuperar a economia e gerar empregos. Com o sucesso do projeto, os Estados Unidos já mostravam sinais de recuperação em 1935 e Roosevelt foi reeleito em 1936, 1940 e 1944. Por outro lado, na Europa, Hitler se consolidava como líder alemão e apregoava ideias nacionalistas, dinamizando a economia e ao mesmo tempo, impondo um regime no qual tanto os proprietários de grandes empresas como os operários se subordinavam ao controle do Estado e ao poder público totalitário. De forma resumida, esse regime totalitário objetivou o domínio da Europa. O Nazismo aboliu direitos individuais e produziu expectativas de uma nação hegemônica e dominadora, mas que acarretou em massacres e injustiças. No Brasil, em 1930, houve o fim da República Velha e teve início um período ditatorial. Em 1935 foi declarado Estado de Sítio no Brasil e os direitos políticos de vários líderes contrários ao regime imposto por Vargas foram perseguidos, presos e torturados. Em 1937 houve o Estado Novo que durou até 1945. Durante esse período, estratégias de modernização foram adotadas, impulsionadas por discursos "liberais" e utilitaristas, a fim de equilibrar as relações entre o Estado e a sociedade. Nesse processo, os custos sociais, políticos e econômicos formaram um desafio na história recente do Brasil, difícil de ser remediado, reforçando as relações deterioradas que existiam entre a recém república e os primeiros anos de independência política de Portugal. Os impactos na formação de uma identidade nacionalista na primeira metade do século XX foram ampliados. Durante o período de Roosevelt, o Brasil representava um importante mercado fornecedor de matéria-prima e um consumidor de produtos manufaturados para os Estados Unidos da América. No campo da política, os Estados Unidos pregavam a política da boa vizinhança e propagavam ideias liberais democráticas. Em paralelo, o Brasil se relacionava politicamente e economicamente com a

Alemanha nesse mesmo período, fazendo jogo duplo, ou promovendo uma prática conhecida como equidistância pragmática.

Após a Segunda Guerra mundial surge o Estado Democrático, dissociando-se de políticas totalitárias, a exemplo do nazismo e do fascismo, sendo sua característica principal a representatividade política pelo voto do povo. O Estado Democrático estando alicerçado na soberania e na Constituição (Carta Magna), objetiva a garantia de direitos fundamentais individuais e coletivos, tais como, direito à paz, ao meio ambiente ecologicamente correto, às tutelas de liberdade do pensamento, à expressão, ao respeito e à autodeterminação dos povos, às políticas de reforma agrária e à moradia popular, aos benefícios e a aposentadorias previdenciárias, à assistência social, entre outros. Os debates acerca do papel do Estado e dos mercados na promoção do bem estar da sociedade são bastante diversos e o auto-interesse de uma sociedade livre, aparentemente proporcionaria a forma mais rápida de uma nação alcançar o progresso e o crescimento econômico, e não por meio da intervenção direta do Estado. Para Keynes (1996), a "mão invisível" dos mercados não produz equilíbrio entre a ambição dos agentes econômicos e o bem-estar global e o Estado agiria como intermediário na promoção do equilíbrio de forças. Keynes defendeu uma maior atuação do Estado em meados da década de 1930, que serviu os propósitos da recuperação econômica dos países até a década de 1970, com a volta ao liberalismo econômico até a atualidade.

De acordo com Almeida (2001), a primeira idade do ouro do capitalismo encerrou-se abruptamente com a Primeira Guerra Mundial e as tentativas posteriores de voltar ao padrão ouro, em sua forma clássica, revelaram-se infrutíferas, até que a crise de 1929 e as desvalorizações cambiais maciças ocorridas enterraram de vez essas pretensões. Os movimentos de capitais deixam de ser livres em 1934, e os governos passam a tentar controlar a especulação, evitando os efeitos nocivos de choques externos sobre a economia doméstica, atuando sobre os juros e a demanda para combater o desempre-

go. Após a Segunda Grande Guerra, foi promovida a reorganização monetária efetuada pela conferência de Bretton Woods, em 1944, que determinou o surgimento de um padrão ouro-dólar e um regime de paridades fixas (mas ajustáveis). Nesse sentido, O Fundo Monetário Internacional foi criado para corrigir desequilíbrios temporários de balança de pagamentos, até a década de 1970 devido ao processo inflacionário e às crises do petróleo, de 1973 e 1979, e ao processo de bancarrota da América Latina na década de 1980.

Com o declínio dos ideais socialistas simbolizados pela abertura política promovida pela Glasnost e do conjunto de medidas para a modernização da economia da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (Perestróica), seguida pela queda do muro de Berlim em 1989, os modos capitalistas de produção e de acumulação de riquezas foram incorporadas à economia internacional. A globalização da economia parece estar alinhada com a desterritorialização dos estados, enfatizando as ações dos governos num ambiente transnacional. Ajustes ainda irão ocorrer, sem um caminho determinado aparentemente.

A globalização capitalista engendradora no mercantilismo, revigorada na segunda metade do século XX, tem passado por momentos de transição que nutrem as entranhas dos sistemas de produção e acumulação de riquezas, sem necessariamente traduzir demandas de toda a humanidade. No final do século XX e neste início do século XXI, observa-se um aumento das riquezas materiais e aparentes ganhos sociais de modo geral. Entretanto, considerando as particularidades de cada porção da sociedade, estratificada de forma pulverizada em diversos territórios, constata-se um crescimento visível das desigualdades.

O crescimento econômico desigual parece ter favorecido às economias dominantes numa escala global, ao mesmo tempo em que as riquezas de indivíduos também foram significativamente exacerbadas pela substancial concentração de renda. Em estimativa recente, as dez pessoas mais ricas do mundo concentram mais da metade da riqueza mundial (FORBES,

2017). Em relação às quinhentas maiores empresas do mundo, observa-se uma tendência à concentração de renda entre as empresas do setor financeiro, da oferta de serviços alimentícios, de tecnologia e da geração de energia, entre outras. A sociedade agrícola detentora do capital foi substituída definitivamente por setores da economia urbana.

O processo de globalização da economia engendradora no aprimoramento do sistema capitalista parece favorecer a produção das riquezas em detrimento da distribuição das riquezas. Esse processo tem ocorrido ao longo da história e há registros que acompanham o desenvolvimento social e tecnológico. Os setores de produção e acumulação das riquezas que estimulam o aprimoramento tecnológico tem se aliado aos sistemas de financeirização do capital e os caminhos que levarão essa aliança parecem ser desconhecidos.

Pode-se dizer que, por meio desses grandes acontecimentos históricos (políticos e econômicos) e de grande transformação tecnológica, os sistemas financeiros nacionais interagiram com os processos produtivos globais, nos quais as finanças responsáveis pelos sistemas de produção das riquezas passaram do padrão ouro, ao padrão ouro-dólar e, finalmente, à flutuação generalizada de moedas, no qual o sistema de produção e de acumulação de riquezas foi alterado, não havendo efetivamente distribuído as riquezas, gerando, portanto cada vez mais incertezas, pobreza e desigualdades, sem precedentes.

A partir das questões levantadas acima, sobre geração de riquezas e distribuição de riquezas, podemos refletir um pouco sobre justiça para traduzirmos as questões referentes ao poder e o espaço urbano.

O conceito de justiça tem sido objeto de discussão no campo da filosofia desde os filósofos pré-socráticos que tratavam a justiça como uma virtude moral, havendo dessa maneira, uma distinção entre justiça na natureza (baseada nas leis da natureza) e justiça na lei humana (baseada na moralidade). Ou seja, pela lei humana, a justiça atenderia ao conjunto de regras de conduta balizada por valores de uma

determinada sociedade. De modo geral, a grande maioria dos filósofos argumenta que justiça social é uma virtude, sendo a primeira virtude de uma sociedade, uma vez que, como Aristóteles argumenta em sua obra *A Política*, a base da sociedade é a justiça, sendo a Justiça o objeto principal de todas as instituições da sociedade. A justiça atende aos preceitos da lei e busca a promoção da equidade.

Em perseguição à justiça, uma sociedade deveria produzir cidades justas, onde as pessoas fossem livres, sem pobreza e desigualdades sociais, nas quais a cidadania e a *dignidade da pessoa humana fossem fundamentais*.

Do ponto de vista da promoção da justiça social, considerando a sociedade como uma associação de pessoas que interagem para atingirem vantagens mútuas (RAWS, 1999), a justiça teria uma conotação utilitarista (KANT, 1980). De forma resumida, o conceito de justiça, para a grande maioria dos pensadores, estaria ligado a uma solução racional à condição natural de medo e conflito, entretanto, há registros de comunidades que transcendem a natureza biológica da sobrevivência na construção de sistemas de promoção da justiça (O'MANIQUE, 2002).

Trazendo a discussão para o tema da promoção da justiça diante da crescente população urbana e dos problemas acarretados nesse cenário, a população urbana tem crescido em ritmo sem precedentes, freqüentemente atingindo as cidades dos países em desenvolvimento com ritmos concentrados nas últimas décadas, que podem ser equivalentes a séculos de processos de urbanização dos países desenvolvidos. Como uma das conseqüências desse processo acelerado de urbanização, inúmeros trabalhos registraram as incapacidades dos mercados e do Estado em atender às crescentes demandas por habitação para a grande maioria dos pobres urbanos que são incapazes de pagar por moradias de qualidade (GILBERT and WARD, 1985; GILBERT, 1990; GILBERT and VARLEY, 1991; BAKEN and van der LINDEN, 1992).

Diante do quadro da urbanização e das demandas por habitação, as práticas de urbanismo no Brasil são bastante variadas, não somente pela

sua extensão territorial, como também pela diversidade cultural de sua população, apresentando variados níveis de desenvolvimento socioeconômico, assim como de diferentes escalas de desenvolvimento institucional entre os órgãos competentes para legislar sobre o solo urbano, variando de região para região, e de cidade para cidade. Além disso, aponta-se para o fato de que as cidades se constituem nos centros mais dinâmicos de sociedades complexas, e ao mesmo tempo, representam espaços nos quais as contradições deste tipo de sociedade se tornam mais evidentes (De Souza, Cavalcanti e Brandão, 2011).

Estima-se que cerca de 50% da população das cidades brasileiras habite com algum grau de informalidade, mesmo nos locais onde há formalidade. No que se refere aos processos de uso e ocupação do solo urbano, esses processos incluem o apogeu da realização da produtividade urbana para o capital imobiliário, seguido de momentos de declínio das atividades produtivas ali instaladas. Muitas vezes, pode-se dizer que parte do estoque de terras de áreas centrais vivencia seu quase desuso evidenciado pelo aparente abandono dos interesses dos indivíduos e das instituições pela exploração econômica dos estoques de terra servida e construída. Por outro lado, parte das áreas urbanas tem passado por um processo de intensificação de exploração econômica por meio da renovação e conseqüente construção de novas edificações que utilizam o máximo do potencial construtivo desses imóveis.

Os diferentes tipos de usos do solo, com diferentes graus de ocupação do solo urbano contemplam atividades de serviço, de comércio, moradia, lazer, entre outros. O acesso ao solo tem sido materializado de forma bastante desigual. Esse fenômeno pode ser evidenciado em diferentes partes das cidades criando áreas de baixa produtividade da terra urbana, que ao longo do tempo decaem em qualidade e se degradam fisicamente por falta de investimentos (privados e públicos), em parte por descaço do Estado, por negligência ou por cooptação com os negócios imobiliários milionários.

Os processos de urbanização no Brasil materia-



lizaram a desigualdade, produzindo áreas bem servidas e áreas de concentração da pobreza nas cidades, acarretando em espaços segregados que, muitas vezes, levam à exclusão de parte da sociedade. Os problemas referentes à exclusão social nas cidades, de modo geral, vêm sendo amplamente discutidos, principalmente no que se refere às questões de acesso à terra urbana para moradia como uma questão de redistribuição socio-espacial das cidades. Porém, muito pouco tem sido efetivamente realizado de modo a representar avanços significativos na distribuição justa das riquezas das cidades.

Na intenção inicial de abrigarem-se e seus familiares, inúmeras pessoas obtiveram acesso ao solo urbano por meio de invasões de terras ao longo do século XX. Em muitos desses casos, até a década de 1980, as pessoas lograram certo êxito na construção de suas moradias. Porém, uma vez que as conquistas foram frutos de invasões de terras, os 'invasores' trespassaram o direito de propriedade do solo urbano de outrem, conquistando o direito de moradia (se não no papel, pelo menos em suas mentes), evidenciando as disputas por poder e suas inclusões espaciais em nossas cidades. É fundamental entender que a demanda inicial que gerou o processo de disputa de propriedade da terra, ou seja, a demanda pela moradia é que gerou nos moradores o sentimento de posse de suas casas, disputando assim o direito de propriedade dos 'donos' da terra.

No Brasil, por meio do usufruto do solo urbano, o direito de propriedade pode ser disputado para atender à função social da propriedade, como consta na Constituição Brasileira de 1988. Entretanto, a coisa disputada (o solo urbano), do ponto de vista formal e predominante, pode não corresponder necessariamente ao mesmo elemento de disputa sob a ótica dos moradores de áreas invadidas. Assim sendo, as prioridades das ações públicas (legalização da terra) não correspondem necessariamente às prioridades dos indivíduos que moram nas áreas disputadas (melhorias habitacionais e algum tipo de garantia de permanência nas suas casas) (De SOUZA, 1998,

1999).

Esse dilema ocorre porque uma das respostas mais aplicadas para garantir a permanência dos indivíduos que habitam em áreas ilegais no Brasil seria traduzida pela legalização da posse da terra por meio da emissão de títulos de propriedade para os "invasores", já que a legalização seria um fator determinante de investimentos habitacionais (GILBERT, 1994; PAYNE, 1997; TURNER, 1969; UNCHS, 1987, 1996) que levaria à inclusão dos indivíduos. Porém, a legalização parece incluir a terra informal no mercado formal, e não necessariamente o cidadão à cidade. De fato, a legalização da terra reduz o estoque total de terras ilegais, acarretando numa crescente disputa pelo solo ilegal que foi reduzido em sua área total (De SOUZA, 1998). Ou seja, a legalização promoveria a exclusão dos incluídos no mercado ilegal, não sendo suficiente para promover a inclusão das pessoas no mercado imobiliário formal; sendo muito menos suficiente para capacitar os indivíduos a permanecer nesses mercados emergentes.

Talvez um dos maiores problemas do mercado de terras seja nosso entendimento referente à lei da oferta e da procura aplicado a bens duráveis e serviços de Adam Smith. Entretanto, em termos econômicos, a terra é um recurso inelástico onde não podemos aumentar sua produção para atender a uma demanda crescente. O estoque total de terras já encontra-se pronto em nosso planeta. O que pode acontecer é o aumento de sua produtividade, que em termos residenciais seriam traduzidos pelo aumento do coeficiente de aproveitamento, ou seja, pela área de construção máxima permitida para uma parcela de terra. Porém, como para o mercado de terras a procura é para uma determinada localização específica, não conseguimos suprir a demanda de mercado localizado e específico por outro em partes diferentes da cidade.

Além disso, lidamos com a questão da escassez de terras. Tanto os grandes como os pequenos proprietários de terra urbana que não colocam suas propriedades no mercado, criam assim uma escassez artificial na oferta de ter-

ras. As propriedades dos pequenos proprietários somadas individualmente podem resultar num número semelhante ou até maior do que o estoque de terras fora do mercado que pertencem aos grandes especuladores. A escassez artificial de terras nas cidades brasileiras se faz bastante presente, tanto na micro como na macro escalas, ampliando a disputa pela moradia em nossas cidades. Dentre essas questões, a escassez de terras, principalmente para o caso brasileiro, a escassez artificial de terras através não colocação da terra no mercado ampliam as pressões pela ocupação de um determinado terreno que potencializa as disputas ali localizadas. E é nesse processo de disputa que o pobre urbano quase sempre sai perdendo, ou seja, fica excluído.

A inclusão dos moradores na cidade se faria por meio da garantia de direitos, mas também do aumento da capacidade financeira de disputar um pedaço de terra no mercado ao longo do tempo. Os programas de legalização fundiária que não estejam associados a programas de geração de emprego e renda, por exemplo, não garantem a permanência dos moradores por muito tempo. É difícil precisar o período de permanência dos moradores, pois dependerá da atividade do mercado no local, mas pode-se esperar a migração dos moradores mais incapazes de disputar sua permanência no mercado devido à sua incapacidade de poupança ou de mobilizar recursos para garantir suas permanências (De SOUZA, 1998).

O desafio da inclusão nas cidades atinge questões que disputam também as instituições formais como a propriedade e o usufruto da terra. Ao contrário do esperado, o usufruto da residência pode ser bem mais evidenciado para os moradores do que a questão da propriedade do solo urbano onde suas casas estejam construídas. Nesse sentido, objetivando a promoção da justiça, o papel do Estado seria de promover as funções sociais da propriedade que constam na Constituição Federal de 1988. Após a nova Constituição brasileira de 1988, os municípios foram habilitados a criar políticas para resolver disputas de posse, melhorar algumas condições de habitação em assentamentos exis-

tentes, mas, os municípios não mais tinham um papel ativo na construção de habitações. Continuaram a existir iniciativas individuais em Porto Alegre, São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Fortaleza, e em poucas outras cidades no Brasil. Porém, estas experiências têm tido muito pouco impacto sobre as necessidades de habitação social como um todo. Mesmo tendo em conta que mudanças incrementais em habitação social são agora consideradas como uma forma mais adequada de intervenção que não a de projetos de construção de habitação em massa como no passado, essas mudanças incrementais são ainda localizadas e ainda não alterou a construção social da reforma dos direitos à habitação (De SOUZA e ZETTER, 2004).

No Brasil, é amplamente defendido que a partir da edição do Estatuto da Cidade de 2001 (lei nacional de política urbana, Lei 10257/01), a noção política e cultural do direito à cidade como carro chefe da reforma urbana transformou-se num marco referencial legal e institucional para as experiências existentes nas cidades brasileiras. O Estatuto da Cidade foi regulamentado pela Medida Provisória nº 2220/01 (MP 2220/01). Ela obrigou a todos os municípios com mais de 20 mil habitantes (entre outras coisas) a revisarem seus planos diretores e passarem a incorporar áreas ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) em seus planos até o ano de 2006. Entretanto, apesar de representar um grande avanço da política urbana inclusiva no Brasil, as experiências de revisão dos Planos Diretores no interstício 2001 e 2006 não necessariamente apontaram para uma real experiência de inclusão de processos democráticos em suas preparações, nem também foram as ZEIS demarcadas com o propósito inicial das experiências de Recife e Belo Horizonte, de empoderar as populações mais pobres para reivindicar melhoras habitacionais e iniciar processos de regularizações fundiárias. Entretanto, uma afirmação importante que se pode fazer é que com a declaração de ZEIS sozinha, isso por si, é muito pouco provável que faça uma diferença dramática no cenário político institucional no setor habita-

cional. Outras mudanças são necessárias para ativar os mercados, e estimular os pedidos de empréstimo no setor de habitação, além de delegar poderes e responsabilidades aos moradores envolvidos nos programas de melhorias habitacionais, que vão além da declaração de uma zona especial voltada para o interesse social.

Um aumento significativo dos investimentos no setor da habitação formal era necessário, e foi a partir da criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007, que se deu início ao ciclo de investimentos em larga escala. Em 2008 foi criado o Programa de Habitação de Interesse Social – Ação de Apoio à Produção Social da Moradia e, a partir da formulação do Plano Nacional de Habitação (PLANHAB) foram estabelecidos os princípios da Política Nacional de Habitação de Interesse Social para equacionar as necessidades habitacionais do país, considerando um horizontal temporal de quinze anos (BONDUKI, 2009). Já como repercussão do PLANHAB, o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) foi lançado em março de 2009 pelo Governo Federal com a finalidade de criar mecanismos de incentivo à produção e à aquisição de novas unidades habitacionais pelas famílias com renda mensal até 10 (dez) salários mínimos, que residam em qualquer dos municípios brasileiros. Apesar de ter já construído inúmeras unidades habitacionais em diferentes cidades no Brasil, o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) tem sido criticado por ter se voltado principalmente para a provisão de financiamentos para as construtoras que elaboram, e executam seus projetos de conjuntos habitacionais, voltados para uma população de renda acima do intervalo de zero a três salários mínimos, uma vez que para essa faixa de renda, não há no mercado linhas de financiamento. O governo brasileiro, por meio de subsídios oferecidos ao setor da construção civil para estimular o crescimento econômico estaria, mais uma vez, voltada para o estímulo necessário, mas não tão voltado para a população mais pobre como nos moldes do extinto BNH (1964-1985).

Do ponto de vista da política urbana, atualmen-

te, os planos diretores municipais encontram-se em processo de revisão, um pouco mais de dez anos após a inclusão dos princípios do Estatuto da Cidade em 2006. Estudos continuados de monitoramento do papel do Estado junto à sociedade e aos mercados se fazem necessários. O trabalho de monitoramento das políticas e dos fundamentos dessas, enquanto controle social nos auxiliará na promoção da justiça e do poder compartilhado e responsável.

O cenário atual das cidades diante de realidades distintas quanto à produção das riquezas, distribuição do acesso aos serviços urbanos, efetivos acessos à propriedade imobiliária, intervenção estatal nos mercados, posicionamentos dos detentores do capital, financeirização da economia, entre outras realidades, são parte de processos de lutas de porcas e concentração e desconcentração de poderes. Ao longo da história mundial e brasileira, as tensões entre o Estado, a sociedade e os mercados têm ocorrido de forma dinâmica e em consonância com a expansão do capitalismo. Os valores e costumes individuais e em grupos de pessoas são determinados e alterados com o passar do tempo, e nem sempre são previsíveis. Entretanto, não se deve desconsiderar a economia política da terra urbana ao buscarmos entender a ideia de justiça e bem social. Aparentemente, a política urbana brasileira vem desconsiderando isso.

O Brasil vivenciou 21 anos de ditadura (1964-1985) e produziu desigualdades sociais quanto ao acesso às riquezas das cidades nesse período, além de não reconhecer os direitos humanos da maioria de sua população ao acesso a habitação. Porém, desde 1988, após a promulgação da Constituição Brasileira, 29 anos já se passaram, e nem os mercados nem o Estado foi capaz de resolver a insolvência dos brasileiros pobres, nem de garantir os direitos à cidade e à moradia. A retórica do acesso à moradia como um direito continua uma ilusão.

## REFERÊNCIAS

- AGUDELO, G. D. V. Teoría económica y formación del Estado nación: mercantilistas y liberalistas. **Ecós de economía**. N. 32, pp. 147-169. 2011.
- ALMEIDA, P. R. A economia internacional no século XX: um ensaio de síntese. **Revista Brasileira de Política Internacional**. N. 44, Vol. 1, pp. 112-136, 2001.
- BAKEN, R. and van der LINDEN, R. **Land delivery for low-income groups in third world cities**. Avebury, Aldershot, 1992.
- BONDUKI, N. Do Projeto Moradia ao Programa Minha Casa Minha Vida. In: **Teoria e Debate** 82, mai/jun, 2009.
- DE SOUZA, F. A. M. **Perceived security of land tenure and low-income housing markets: the case of Recife, Brazil**. Unpublished PhD Thesis, School of Planning, Oxford Brookes University, 1998.
- DE SOUZA, F. A. M.; ZETTER, R. Urban land tenure in Brazil: from centralized state to market processes of housing land delivery. In: Roger Zetter; Mohamed Hamza. (Org.). **Market economy and urban change: impacts in the developing world**. Londres: Earthscan, pp. 163-184, 2004.
- FORBES. Forbes 2017 Billionaires List: Meet The Richest People On The Planet, 20 de março de 2017.
- GILBERT, A. **The Latin American city**. Latin American Bureau, London, 1994.
- GILBERT, A. and VARLEY, A. **Landlord and tenant: housing the poor in urban Mexico**. Routledge, London, 1991.
- GILBERT, A. and WARD, P. W. **Housing, the state and the poor: policy and practice in three Latin American cities**. Cambridge University Press, Cambridge, 1985.
- KANT, I. Fundamentação da metafísica dos costumes. São Paulo, Abril Cultural, 1980.
- KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. Nova Cultural Ltda., São Paulo, 1996.
- MELO, M. A. B. C de, Políticas Públicas Urbanas para a Nova Década: uma agenda de questões. In: **Ciclo Painéis sobre o Desenvolvimento Brasileiro**, Seminário BNDES 50 anos, 30 ago, 2002.
- MOURA, A. S. de (1990) **Terra de mangue: invasões urbanas no Recife**. Editora Massangana, Recife.
- NAPOLEONI, C. **Smith, Ricardo e Marx**. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- O´MANIQUE, J. **The origins of justice. The evolution of morality, human rights and law**. University of Pennsylvania Press. 2002.
- OLIVEIRA, F. (2013) Reflexões sobre o papel do Estado na produção da riqueza nacional. In: **Constituição, Economia e Desenvolvimento**. Curitiba, 2013, Vol. 5, n. 8, pp. 156-169.
- PAYNE, G. (1997) **Urban land delivery and property rights in developing countries: a review**. IT/ODA.
- RAWS, J. (1999) **A theory of justice**. Harvard University Press. 2nd edition.
- SAULE Jr, N. (2001) Formas de proteção do direito à moradia e de combate aos despejos forçados no Brasil. In: FERNANDES, E. (Org.). **Direito Urbanístico e Política Urbana no Brasil**. Belo Horizonte: Del Rey, pp. 101-126.
- TURNER, J. F. C. (1969) Uncontrolled urban settlement, problems and policies. In BREESE, G (Ed.) **The city in the newly developing countries**. Prentice Hall, Englewood Cliffs, pp. 507-534.
- UNCHS (1987) **Land for housing**. United Centre for Human Settlements, Nairobi.
- UNCHS (1996) **An urbanizing world. Global report of human settlements**. Oxford University Press, Oxford.
- VALENÇA, M. M. (1999a) The lost decade and the Brazilian government's response in the 1990s, **The Journal of Development Areas**, vol. 33, pp. 1-52.
- VALENÇA, M. M. (1999b) The Closure of the Brazilian Housing Bank and Beyond, **Urban Studies**, vol 36, no10, pp. 1747-1768.

# TE MÁTICA TICA





## TECENDO CIDADES: A INFLUÊNCIA DOS COMPLEXOS FABRIS TÊXTEIS NA URBANIZAÇÃO ALAGOANA

Mônica Peixoto Vianna. Doutora, Prof<sup>a</sup>  
Titular I do Centro Universitário Tiradentes  
(UNIT-AL), monica\_vianna@yahoo.com

### A HABITAÇÃO OPERÁRIA EM COM- PLEXOS FABRIS

A emergência da grande indústria trouxe consigo um forte esforço de reorganização do trabalho e principalmente do controle dos trabalhadores em certas circunstâncias de seu cotidiano. A partir da segunda metade do século XIX, difundiu-se largamente pelo Brasil a prática da criação, por empresas, de vilas operárias em cidades e de núcleos fabris em localidades rurais.

Existem duas modalidades distintas de vilas operárias: a primeira, como assentamento habitacional, patrocinado por empresas e voltado a seus funcionários – vila operária de empresa – e a habitação promovida por investidores privados e voltada ao mercado de locação – vila operária particular. Algumas vezes, essas habitações confundiam-se com o espaço urbano existente, já que possuíam as mesmas características físicas. Existiram também, casos nos quais as casas erguidas por empresas situavam-se fora das cidades, configurando um núcleo residencial isolado. Segundo Bonduki (1998), muitas empresas criaram não só vilas, mas verdadeiras cidadelas, porque se estabeleciam em locais isolados, onde inexistia mercado de trabalho ou cidades capazes de concentrar trabalhadores e oferecer o mínimo de serviços e equipamentos urbanos.

A construção de habitação operária por indústrias esteve relacionada com a necessidade de

construção de fábricas em localidades rurais, junto às fontes de energia e de matéria-prima e esteve “inserida em estratégia de disciplina da mão-de-obra, fundamentada na sedentarização, na moralização dos costumes e na difusão de novas noções de higiene” (CORREIA, 1997). Afastando-se do ambiente das grandes cidades, visto como fonte de perigos sanitários, morais e políticos, ampliou-se o controle das circunstâncias que envolviam o cotidiano operário nos assentamentos, o que possibilitou aos industriais a chance de obter um grupo de trabalhadores mais produtivos e regrados. A vida e a organização do trabalho nestes núcleos exigiram uma grande adaptação dos trabalhadores a novos hábitos domésticos e de lazer, a uma nova distribuição de atividades regidas pelo tempo linear do relógio, da disciplina da fábrica, da escola, do padre, do vigia e do médico.

Recentemente, muitas fábricas, vilas operárias e núcleos fabris erguidos nos séculos XIX e XX, foram destruídos, enquanto outros continuam existindo, sendo ampliados, e mesmo, tendo seu uso modificado. Contudo, as marcas que estes antigos espaços de trabalho deixaram nas localidades onde foram implantados, ajudam a contar a história da urbanização destes espaços.

### O ALGODÃO INFLUENCIANDO A MODERNIZAÇÃO E A URBANIZA- ÇÃO ALAGOANA

Desde a última década do século XVIII, Alagoas começou a produzir fibras de algodão como matéria-prima para as grandes e crescentes indústrias têxteis inglesas, fato que proporcionou a formação de imensas plantações de algodão em variadas regiões da província. Assim, o desenvolvimento da cultura do algodão, juntamente com o surgimento de um mercado consumidor e a formação de uma burguesia comercial – local e estrangeira – no bairro de Jaraguá – motivados pela transferência da capital para Maceió, em 1839 – alavancaram o



processo que desencadeou na implantação das fábricas de fiação e/ou tecelagem no estado de Alagoas (LESSA, 2017). De acordo com Farias (2012), esta nova dinâmica e lógica de formatação e preenchimento de um recente mercado consumidor de produtos industrializados, trouxe à então província de Alagoas o estabelecimento de sua primeira indústria têxtil, denominada "Companhia União Mercantil", em 1857, fundada por José Antônio de Mendonça, o

futuro Barão de Jaraguá, e outros sócios, na localidade de Fernão Velho, posteriormente conhecida como "Fábrica Carmen" (ver figura 01). Esta fábrica, até 1888, funcionou como única indústria têxtil na província e contava com uma vila operária com habitações e equipamentos urbanos. Paiva Filho (2013) afirma que neste momento existiam apenas nove fábricas de tecido em todo país. A União Mercantil só perdeu o posto de única indústria da província quando foi fundada a "Fábrica Cachoeira" (ver figura 02),

Figura 1- Fábrica Carmen. Fonte: disponível em: <[https://www.panoramio.com/user/3192126?photo\\_page=527](https://www.panoramio.com/user/3192126?photo_page=527)>. Acesso em: 30.05.2017



Figura 2- Fábrica Cachoeira. Fonte: disponível em: <<http://alagoasbytonicavalcante.blogspot.com.br/2012/05/rio-largo-joia-da-regiao-metropolitana.html>>. Acesso em: 30.05.2017

em 1888, e, posteriormente, a “Fábrica Progresso” (ver figura 03), cujo funcionamento data de 1893, ambas pertencentes à “Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos”, em Rio Largo (que foi a primeira cidade operária do Estado).

Durante a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, houve o estabelecimento de outras fábricas desse tipo, com suas vilas operárias, sendo duas no município de Pilar (“Pilarense” e “Fábrica de Rendas e Bordados”); uma em Penedo (“Penedense”); duas em São Miguel dos Campos (“São Miguel” e “Vera Cruz”); uma no município de Água Branca, atualmente Delmiro Gouveia (“Pedra”); uma em Piaçabuçu (“Marituba”) e outras três no município de Maceió (“Alexandria”, “Santa Margarida” e “Norte Alagoas”) totalizando, portanto, a existência de treze fábricas têxteis em todo o Estado (CASTRO, 2015).

Segundo Lindoso (2005), a maior capacidade de oferecer empregos por unidade de capital e sua localização em cidades de grande relevân-

cia econômica e política foram determinantes para que estas empresas cumprissem o papel modernizador. A indústria de fiação e tecelagem foi se consolidando e constituindo-se num espaço econômico, ideológico e político bastante particular em relação aos antigos e novos espaços da sociedade alagoana, como os espaços dos banguês, das usinas de açúcar e do sertão agropecuário. Apesar de suas singularidades, Lessa (2017) mostra que o mundo têxtil das fábricas com vilas operárias não era um elemento isolado na formação social alagoana, mas uma das formas particulares do processo de urbanização e modernização mercantil-financeira.

Após o processo de desmonte dessas fábricas, muitas das vilas operárias, construídas ainda no século XIX, tornaram-se bairros das cidades nas quais haviam sido implantadas ou mesmo, devido a sua escala e presença de equipamentos urbanos, converteram-se em novas cidades indutoras de desenvolvimento. Através de pesquisa

Figura 3- Fábrica Progresso Alagoano.  
Fonte: disponível em: <<http://www.historiadealagoas.com.br/gustavo-paiva-o-comendador-dos-operarios-de-rio-largo.html>>. Acesso em: 30.05.2017.






bibliográfica e iconográfica, de levantamentos em arquivos locais e de visitas aos antigos complexos, procura-se contribuir à escassa historiografia sobre a arquitetura têxtil no Estado ao se recuperar a trajetória desses espaços.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica evidenciado que o espaço têxtil foi um dos principais focos de urbanização e modernização do cotidiano e do trabalho alagoano a partir de meados do século XIX. Apesar de ser um estudo ainda em fase inicial, já se percebe a importância desse tema em termos numéricos e projetuais, mas principalmente histórico, pelo recente e contínuo processo de desmonte que esses espaços vêm sofrendo, apagando da memória dos alagoanos essas antigas paisagens fabris.

## REFERÊNCIAS

- BONDUKI, Nabil G. **Origens da Habitação Operária no Brasil**. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.
- CASTRO, Cristine Gonçalves de. **Relações de poder no complexo fabril têxtil de Rio Largo**: identificação inter-relações socioespaciais. 2015. 211 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2015.
- CORREIA, Telma de Barros. Moradia e trabalho: o desmonte da cidade empresarial. In: Encontro Nacional da ANPUR, 7., 1997, Recife. **Anais...** Recife: ENANPUR, 1997.
- FARIAS, Ivo dos Santos. **Dominação e resistência operária no núcleo fabril de Fernão Velho/AL (1953-1962)**. 2012. 115 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2012.
- LESSA, Golbey. **Ensaio** - Para uma História da Indústria têxtil Alagoana. A voz do povo: espaço de reflexão e debate sobre a formação social alagoana. 6 de dez. 2008. Disponível em: <<http://pcbalagoas.blogspot.com.br/2011/10/para-uma-historia-da-industria-textil.html>>. Acesso em: 5 de jan. 2017.
- LINDOSO, Dirceu. **Interpretação da Província**: estudo da cultura alagoana. Maceió: Edufal, 2005.
- PAIVA FILHO, Arnaldo. **Rio Largo**: cidade operária. Maceió: SENAI/AL, 2013.



# COMO INSTITUIR VIVACIDADE? OUTRO(S) PLANEJAMENTO(S), OUTRAS NARRATIVAS PARA OCUPAR E CONSTRUIR COLETIVAMENTE NOSSAS CIDADES

Flávia de Souza Araújo, Prof<sup>a</sup> adjunta da  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo  
(UFAL), [flavia.araujo@fau.ufal.br](mailto:flavia.araujo@fau.ufal.br)

## INTRODUÇÃO

Partindo do pressuposto de que no Brasil o planejamento territorial, seja urbano ou regional, em suas concepções mais tradicionais de modos e modelos (a exemplo do planejamento moderno ou mesmo do estratégico), desde os anos 50 até os dias atuais é oriundo da relação entre técnicos/planejadores e intelectuais atrelados ao Estado, fundado na crença de que é possível organizar/moldar/reajustar as dinâmicas econômicas e espaciais da sociedade no meio urbano e/ou regional via ação intervencionista estatal (ideia esta evidente numa série de modelos de planejamento: racional, incremental, advocatício, indicativo, participativo, etc.), entendemos que em todos os citados modelos de planejamentos das grandes cidades, o papel do Estado é considerado fundamental enquanto viabilizador e/ou realizador das ideias planejadas em parceria ou não com o capital privado.

Esta relação de caráter ideológico entre Estado e planejamento enquanto ator e instrumento de ação responsáveis por instaurar uma suposta “nova ordem social” foi alvo de críticas

no decorrer dos anos 70<sup>i</sup>, visto que a elaboração e prática do planejamento era voltada para o atendimento a demandas que favoreciam o capital privado em detrimento daquelas das populações menos abastadas economicamente e, nesta lógica de privilégio às grandes empresas e à especulação imobiliária, os territórios urbanos – centros e subúrbios – tem se tornado cada vez mais desiguais e contraditórios. Paralelamente a este contraste, a postura arrogante de quem cria diagnósticos e planeja propostas que visam solucionar os “problemas-doenças” urbanos continua em voga e oblitera as complexidades inerentes aos territórios da urbe.

Diante desta constatação e do processo de crítica aos modos de fazer planejamento aliado à função do Estado, a partir dos anos 80 emerge entre estudiosos da complexidade urbana o pensamento de que cabe ao Estado o papel de intermediador entre as diversas demandas dos diferentes grupos sociais do conjunto da cidade e a representação destas materializadas nas deliberações do planejamento do território, as quais impactam diretamente não só nos usos/formas do espaço urbano quanto no cotidiano de todos que vivenciam e constituem este território. Nesta perspectiva, diferente da defesa do planejamento participativo – que ressalta a necessidade da participação popular nos processos de planejamento territorial, porém não rompe completamente com a característica principal do planejamento tradicional: sua racionalidade instrumental e abstrata – o planejamento insurgente surge tensionando esta ideia de participação popular, instaurando questionamentos em relação ao modos de fazer e pensar planejamento territorial.

A contribuição do planejamento insurgente, com base em Leonie Sandercock (2005), concentra-se justamente no tensionamento do papel do Estado enquanto principal agente produtor/executor de planejamento. A autora aponta que o planejamento atual enquanto instrumento de governança por parte do Estado, é ainda

---

<sup>i</sup> Vide Jane Jacob em *Morte e Vida das Grandes Cidades* (2003).

extremamente tecnocrático cujos limites se concentram na prevalência de interesses hegemônicos e obliteração de grupos minoritários, e indica como alternativa potencialidades oriundas dos próprios cidadãos – aqui entendidas como vivacidades – que constituem a urbe, particularmente aqueles excluídos dos espaços de deliberação/gestão das cidades.

As potências das minorias defendidas por Sandercock (2005) estão atreladas à ideia da necessidade de se questionar a lógica instrumental do espaço abstrato que orienta as formas tradicionais de pensar/fazer planejamento, cuja prática é monopolizada pelo Estado e/ou por tradicionais planejadores racionais – que valorizam a presença e o saber técnico neste processo – e está centrada principalmente na identificação de necessidades e prioridades estabelecidas pelo Estado (mesmo que estas sejam apontadas via ONGs, movimentos sociais, etc.).

Como alternativa de romper as práticas de planejamento que se baseiam na lógica capitalista dominante e indulgente, é necessário compreender que os espaços cotidianos das práticas sociais e espaciais podem dar origem a formas substantivas de exercício de cidadania, do aproveitamento de outras fontes de informação e de uma orientação nova para práticas outras de planejamento, ou seja, estas práticas do cotidiano constituem a base de instauração de um modo alternativo insurgente e subversivo de planejar, o qual reconhece as contradições entre cidadania formal e informal e trabalha em nome da expansão de direitos de cidadania.

No planejamento insurgente ou subversivo, não se trata de propor um modelo, mas sim uma prática fundamentada na compreensão da complexidade da urbe contemporânea e na preocupação em apontar direções que permitam sua transformação futura. Para isto, esta proposta de planejamento busca ser construtiva na medida em se que posiciona enquanto mediação - para superação - das principais contradições

do mundo contemporâneo evidenciadas na relação de três elementos que o constituem: comunicação, espaço e tempo (instrumental x comunicativo abstrato x concreto indolente x cosmopolita). Neste caso, o planejador não possui mais o papel de produzir uma proposta de solução dos problemas territoriais via governo estatal/capital privado, mas se torna um mediador que contribui para a superação de contradições e para o avanço de uma transformação voltada para a racionalidade comunicativa, o espaço diferencial de valores de uso e o pensamento cosmopolita baseado nas experiências sociais das populações exploradas e oprimidas.

A metodologia para se pensar um planejamento insurgente enraiza-se na intensificação de formas mais radicais de crítica às atuais formas de planejamento com a finalidade de apontar as potências existentes nas manifestações sociais, como subsídios para se propor a superação das limitações dos modelos vigentes, seja do planejamento estratégico, seja do planejamento participativo.

Diante do momento de crise global que atualmente vivemos, crise esta não somente econômica mas do próprio planejamento como profissão e como ideia, é urgente repensar o planejamento, tensionar as atuais formas de fazê-lo e reconhecer uma visão mais complexa e múltipla sobre as formas de pensar o(s) território(s) urbano(s), isto é, é necessário imaginar práticas de descolonização que instaurem um urbanismo humano (MIRAFTAB, 2016).

Sandercock (2005) ressalta a importância de se compreender a história como uma prática da teoria do planejamento. Portanto, as histórias do cotidiano (CERTEAU, 2011) devem ser levadas em consideração diante da construção da História dominante (VEINE, 1998), como uma forma de tornar legíveis, a partir da apreensão de narrativas, os espaços, a vida, as linguagens e as micropolíticas<sup>ii</sup> do cotidiano urbano. A autora ressalta ainda a necessidade de que estas narrativas sejam compreendidas enquanto ele-

<sup>ii</sup> Micropolítica é um termo inventado por Guattari (GUATTARI; ROLNIK, 1999) e se refere aos efeitos de subjetivação, conjunto de fenômenos e práticas capazes de ativar estados e alterar conceitos, percepções e afetos (modos de pensar-sentir-querer).

mentos importantes para o desenvolvimento do planejamento democrático, reconhecendo a diversidade de linguagens, culturas e a relação destas nos modos de ocupar e produzir cidades. Esta postura permite alcançar outras formas de perceber/apreender a complexidade dos territórios e do próprio conhecimento científico.

A tentativa de formular uma proposta de planejamento insurgente tem a finalidade de contribuir nas decisões de transformação sócio-espacial, ao mesmo tempo em que propõe romper com o pensamento dual entre aderir a uma postura mais técnico-pragmática ou mais crítico-reflexiva.

Considerar as narrativas do cotidiano, para Sandercock (2005), não trata somente de relatar eventos mas dotá-los de significados, no sentido de realizar uma interpretação/produção de conhecimento, onde os participantes são personagens e coautores do planejamento. Trata também de reconhecer a potencialidade do planejamento em absorver as narrativas do cotidiano para mudar a própria prática do planejamento e, neste sentido, é fundamental reavaliar os fatos históricos tomados como verdade e recontar a história do planejamento moderno como meio para se pensar o futuro dos espaços urbanos.

No caso do planejamento insurgente, não se questiona apenas a racionalidade instrumental, mas a contribuição do planejamento na difusão e consolidação da lógica dominante do capitalismo perverso, diferentemente do planejamento participativo, cuja participação popular muitas vezes é acionada apenas para legitimar e conferir um caráter aparentemente democrático, igualitário e justo a um resultado (plano) proveniente de um processo cuja sua influência é "ficcional", e tal participação é reduzida como exercício de meras "ações de fala" ou atuação simbólica, onde o planejamento assume explicitamente um papel de tradutor ou mediador entre diferentes esferas da sociedade, entre o Estado e a comunidade, entre o sistema e a vivência cotidiana de determinados grupos sociais.

Em uma postura insurgente, as narrativas são importantes instrumentos que apontam pistas a respeito da direção de uma ruptura do paradigma autocrático do planejamento e de sua racionalidade instrumental, postura esta que vai além do poder de intermediação do Estado entre os diversos agentes construtores do espaço urbano em meio ao cenário de conflitos gerado entre eles.

## A INSTITUIÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA OFICIAL E A OBLITERAÇÃO DAS "MEMÓRIAS SEM DONO" NOS PROCESSOS CONTEMPORÂNEOS DE URBANIZAÇÃO

No processo de urbanização das grandes cidades brasileiras, a presença e crescimento de áreas com maior concentração de pobreza<sup>iii</sup>, situadas sobretudo nos centros e nas proximidades destes, foram consideradas "indesejadas" pelo poder público e camadas sociais mais abastadas, - sendo apontadas como causadoras de doenças, desordem social e crise urbana - os quais defendiam que era necessário, portanto, a erradicação destes territórios.

Para isto, no final do século XIX e início do século XX foi comum uma atitude repressiva do poder público para com estas áreas: destruições das habitações, remoções dos moradores para edificações situadas em lugares afastados do centro da cidade, entre outras medidas drásticas como códigos de posturas, culminando na proibição por lei deste tipo de ocupação. Porém, devido a problemas estruturais do país, estas áreas indesejadas (cuja denominação varia de acordo com a localização: favelas, baixadas, invasões, etc.) não pararam de crescer e se multiplicar. Cabe destacar que estas áreas também são a cidade, apesar de suas memórias e histórias "sem dono" serem

<sup>iii</sup> Atualmente nomeadas de diversas maneiras no discurso oficial, tais como: bolsões de pobreza, assentamentos informais, áreas irregulares, etc.

obliteradas da memória oficial, daquela constituída e propagada pelo discurso dominante nos livros de história, monumentos, toponímia, etc. Nesta perspectiva, atualmente continua em voga a atitude segregacionista por parte do poder público e do capital privado que, em um movimento de objetualização da cultura (JEUDY, 1990) transformam o social em “objeto de cultura”, selecionam o que deve e o que não deve fazer parte de uma memória coletiva, sendo que esta deve ser atraente aos investimentos privados. Em meio a este processo calcado em um discurso retórico de resgate da memória coletiva e preservação do bens imóveis da cidade, são estabelecidas ações impositivas em áreas outrora ocupadas pelos não-contados (RANCIÈRE, 1996), imposições estas que também incidem sobre suas memórias subterâneas (POLLAK, 1989), seja de forma a obliterá-las, seja de forma a reinterpretá-las e torná-las “objeto cultural”.

No que se refere às interferências físicas, estas áreas passam a ser alvo direto de profundas intervenções urbanas para o “embelezamento da cidade”, ideia esta propagada pelos ditames do Planejamento Estratégico<sup>iv</sup>. Desta forma, o discurso hegemônico deste tipo de intervenção apenas adquiriu uma “nova roupagem” apropriando-se de ideias, termos e conceitos provenientes das pró-

prias camadas populares, no intuito de convencê-las (e convencer a sociedade de modo geral) a apoiar tais ideais cooptadas/reformuladas que se baseiam, no entanto, no interesse de uma minoria que detém o capital e que pouco percebe nestas áreas “indesejadas” uma parte da cidade construída por seus próprios habitantes, a qual possui suas próprias memórias individuais e coletivas que diferem daquela oficial e, por isso, se tornam relevantes na elaboração de qualquer atitude de intervenção urbana.

No que se refere ao tratamento e gerenciamento da cidade como uma empresa, ação do Plano Estratégico, Arantes (2000), bem como Henry Jeudy (1990), afirma que quando se fala em ‘fazer a cidade’, aborda-se muito menos a racionalidade, funcionalidade, zoneamento, plano-diretor, isto é, a ordem técnica do planejamento dos modernos e se dá ênfase ao domínio da cultura<sup>v</sup> e seus derivados (o lugar, sua imagem e “identidade”): o respeito aos valores locais e sua morfologia e os contextualismos e regionalismos críticos são incorporados como fachada dos pacotes estratégicos, vendidos como fórmula de sucesso às cidades que gostariam de se emparelhar com as metrópoles centrais. Como dito anteriormente, é o processo de objetualização da cultura.

<sup>iv</sup> Segundo BORJA (1996), o Planejamento Estratégico trata-se de um modelo de projeto empresarial, originado nos EUA e voltado para organização de uma empresa, no intuito de obtenção de produtividade, competitividade e obtenção de metas. Este tipo de planejamento foi se desdobrando em vários campos e interpretações, sendo adaptado a vários modelos, expandindo-se para outras áreas, chegando ao Planejamento Urbano que passou a tratar a cidade como uma empresa e/ou como mercadoria. A partir do final da década de 80 e início dos anos 90, o Planejamento Estratégico foi se disseminando na Europa em cidades pontuais como Barcelona, na Espanha. O caso de Barcelona foi resultado de uma estratégia para a superação de uma crise financeira, a partir de uma planificação urbana que teve a sua implantação inicial em 1986, proveniente de recursos públicos e privados para que a cidade fosse sede das Olimpíadas, e culminou no plano “Barcelona 2000”. O sucesso deste plano o levou a ser aplicado e ‘adaptado’ em diversas cidades, inclusive na América Latina, sendo que em muitas delas ocorreu de forma parcial.

No discurso neoliberal do Planejamento Estratégico o mesmo consiste em um projeto para a cidade que unifica os diagnósticos, com atuações público-privadas e com a mobilização e cooperação dos atores sociais urbanos, onde o processo participativo é prioritário. E tem como resultado um contrato político entre as instituições públicas e a sociedade civil, além disso, o processo posterior à elaboração e aprovação do plano, sua continuidade e a sua implantação são tão importantes quanto. Porém, é importante salientar que este tipo de afirmação não passa de um mero discurso de marketing, com o objetivo de vender esta teoria aos administradores do poder público, teoria esta fundamentada na ilusão de que o Planejamento Estratégico é a solução “salvadora” para os problemas econômicos da cidade, enquanto que na verdade é uma grande estratégia capitalista para arrebatar mercados para os grandes escritórios mundiais especializados neste tipo de planejamento, ou seja, tornar a cidade uma fonte de exploração de acordo com os interesses do setor privado, sem a interferência do Estado.

<sup>v</sup> Fundamentando-se em Guattari; Rolnik (1999) e Debord (1967) cultura é aqui expressa como um conceito a serviço do capital, uma cultura mercantilizada, globalizada e espetacular.

Nesta conjuntura, o discurso atual da cidade como imagem é aquele dos empresários e políticos que objetivam lucrar com a cidade e a oferecem como um produto a ser consumido, usando para isto todas as estratégias de marketing e buscando reaplicar práticas urbanísticas que foram bem sucedidas em outros lugares (HUYSSSEN, 2000).

Trata-se, portanto, de uma "comédia ideológica" (ARANTES, 2000), onde de um lado estão urbanistas e arquitetos de clara ascendência progressista projetando gerencialmente (inclusive os próprios antropólogos servem a esta dinâmica de alguma maneira) e, de outro, empresários e banqueiros "consumindo" a cidade nos seus próprios interesses, ou seja, a formação de uma parceria por meio do culturalismo de mercado (ibidem). Prevalecendo, deste modo, a ideia conceitual do pensamento único das cidades (ARANTES et al, 2000), que dá bases às novas estratégias urbanas, ronda as cidades em competição pelo financiamento escasso no sistema mundial (onde estão atrelados o interesse financeiro e as alegações culturais do comando econômico), à revelia das preferências político-ideológicas dos administradores. No cerne do panorama estabelecido pelo Planejamento Estratégico destaca-se o fenômeno da espetacularização das cidades no sentido apontado por Debord (1967), onde se prolifera por meio de ações extremamente capitalistas (gentrificação<sup>vi</sup>, criação de imagens, eventos e festivais para a cidade; renovação de espaços públicos; criação e/ou resgate de ícones arquitetônicos, etc.) a ideia de uma cultura e de uma cidade revitalizada, que se torna atraente para o consumo e ao mesmo tempo – como num espetáculo – se torna uma atração a qual todos assistem passivamente, de maneira alienante, sem participação alguma.

É neste contexto da produção empresarial da cidade que emerge o fenômeno de uma espé-

cie de amnésia coletiva (HUYSSSEN, 2000) em decorrência da proliferação de acontecimentos e informações que não são absorvidas pela sociedade com a mesma rapidez em que ocorrem. Na cidade do Planejamento Estratégico, que transforma o social em "objeto cultural", almejando-se "resgatar a memória e preservá-la", pressupondo-se memórias sociais e de grupos, tem se colocado em evidência a importância da memória coletiva como forma de constituir a identidade de um povo (identidade coletiva) e de um lugar.

Esta preocupação quase obsessiva pela memória reflete-se nos discursos dominantes nos meios políticos, da mídia, das instituições, etc., que insistem em afirmar a necessidade de preservar a identidade do lugar (restaurando-se antigas edificações, requalificando áreas degradadas, construindo novos monumentos, resgatando a história e os antigos costumes do lugar dando-lhes uma nova roupagem, etc.), mas que objetiva-se, no entanto, a produção de consumo dos bens culturais, a cidade-mercadoria, a cidade da memória oficial. Aqui entendemos memória oficial nos termos de Pollak (1989), aquela propagada pelos discursos dominantes, a "memória nacional", cujas histórias são construídas sem se levar em consideração as memórias "sem dono", as "memórias subterrâneas" das minorias.

No contexto da produção da memória oficial por meio de discursos dominantes, destacamos o papel do Estado (e do capital privado) no controle e gerenciamento da construção desta memória única, e na associação da necessidade de se criar monumentos às grandes mudanças políticas (POLLAK, 1989). Neste ínterim, salientamos a construção da História como noção de *fato, enquanto perspectiva de eventos condensados por um continuum singular*, cujas narrativas partem da lente de fluxos hegemônicos emissores do valor de um único e

<sup>vi</sup> Termo usado para definir o processo de elitização de áreas antes desvalorizadas da cidade com expulsão da população mais pobre, desenvolvido por Neil Smith em *The New Urban frontier, gentrification and the revanchist city*, Londres, Routledge, 1996 apud JACQUES in CADERNOS PPG-AU/FAUFBA (2004). E que diz respeito à alteração da composição social original de determinadas áreas de uma cidade em decorrência de programas de requalificação de espaços urbanos estratégicos, quando estes visam interesses imobiliários, empresariais e financeiros. Em outras palavras, significa a expulsão de moradores de áreas urbanas degradadas, que pertencem a classes sociais menos favorecidas, em decorrência da valorização desta área por uma intervenção urbana (VAZ, 2004).

memorável tempo verdadeiro (DELEUZE,1992; FOUCAULT,1979). Entendemos, portanto, a produção da memória oficial atrelada aos fatos da História, onde se inserem a criação de monumentos e as mudanças políticas.

Por outro lado, Veyne (1998) nos mostra a existência da história entendida e problematizada pela noção de *evento* como dinâmica múltipla dos acontecimentos, pelo qual pluraliza as perspectivas valorativas e apreensões do tempo-espaço, seja por meio da ciência, da teologia, e do tempo inerente à lógica capitalística. É onde se insere a noção de memórias subterrâneas, de Pollak (1989).

Em outras palavras, as memórias subterrâneas ou a história que se constrói no cotidiano das coletividades, é obliterada nos discursos dominantes e de suas linhas escritas da memória oficial da cidade pela meticulosa ordem dos valores hegemônicos por ser avaliada e desqualificada como disseminadora de eventos pobres, escusos, insalubres e mesmo hediondos. Porém, as próprias tensões e subterrâneos da história se constroem tanto quanto a suposta categoria do *fato*, onde manifesta dinâmicas outras que, alastradas profundamente no ritmo de vida do sistema capitalista, criaram/criam/criarão os discursos, falas e práticas dos sujeitos singulares; fazendo valer as palavras de Maurice Halbwachs (2004), onde não é na história aprendida, e sim na história vivida que se radicam nossas memórias.

Além do mecanismo de produção de uma única História e de uma memória oficial e, por meio dela, a instauração de “verdades”, a categorização dos elementos e sujeitos que constituem o que é aceito como espaço urbano também se torna uma importante estratégia de controle e poder nos processos de produção e ocupação dos territórios da cidade, e é desta maneira que se estabelece um fenômeno de invisibilidade de determinadas coletividades neste contexto de disputas.

## FOMENTAR A VIVACIDADE: O PAPEL DAS NARRATIVAS DO COTIDIANO NA CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVAS DE UM URBANISMO HUMANO

Nos últimos anos, em várias partes do planeta, pessoas têm retomado a cidade a partir de iniciativas próprias à revelia do poder público. São cidadãos que tomam atitudes concretas pensando coletivamente o próprio futuro. Esta vivacidade, isto é, estas potencialidades oriundas de novas práticas cidadãs de fazer planejamento, podem ser consideradas e reconhecidas como outras formas do fazer cidade que “corporificam um urbanismo humano”, como diz Miraftab (2016). Segundo a autora, tais práticas cidadãs objetivam uma justiça baseada no reconhecimento da diferença e sua política, exigindo o reconhecimento de formas de opressão autodeterminadas e baseadas em grupos. Efetivando uma forma de cidadania que é múltipla e possui múltiplas atividades, que busca a inclusão autodeterminada, na qual os direitos das pessoas são reais e praticados.

Diante da natureza de reinvenção do capitalismo, que incorpora e despotencializa o que lhe ameaça, é fundamental que movimentos de ruptura ao *status quo* se reinventem constantemente, ou seja, manifestem “práticas de ruptura e criação” (MIRAFTAB, 2016).

Dessa maneira, as narrativas das histórias do cotidiano podem se dar das mais diversas e inventivas maneiras: a partir de atos performativos de insurgência; cartografias em tempo real de processos de exclusão (como a gentrificação, por exemplo); documentários e outros usos de mídias alternativas para denunciar ações e intervenções urbanas excludentes (como remoções e desapropriações forçadas); a ocupação de edificações e terras urbanas (ociosas pela especulação imobiliária); movimentos de bairro e/ou ativistas que – a partir de ações criativas, como blocos de carnaval, por exemplo – questionam ações públicas em

parceria com o capital privado, a inexistência, monofunção ou subutilização de espaços públicos urbanos e questionam a participação consultiva; entre outras, compreendem o espaço público e a cidade como se fora deles mesmos e, dessa maneira, instauram um planejamento insurgente e resistem à lógica capitalista de construção e produção de cidade.

Assim, destacamos a construção e legitimação de narrativas do cotidiano como mecanismo fundamental no processo de disputa do dizer e fazer cidade, realizadas pelos principais sujeitos produtores do espaço urbano que, via práticas de insurgência, não se limitam/ restringem às categorias dominantes do capitalismo contemporâneo, mas as subvertem a partir de táticas (CERTEAU, 2011) que “se insinuam ubiquamente”, “quase que invisível”, como uma espécie de transgressão, subversão para o “meio popular” – um desvio, uma gambiarra – a partir das subjetividades que lhes são impostas pelas elites produtoras de linguagem, de riquezas e processos de subjetivação.

Se pensar cidade é pensá-la também enquanto um poderoso lugar de agrupamento/ atração da multiplicidade/ heterogeneidade, encontramos no(s) processo(s) de homogeneização e controle dos sujeitos e territórios pela via do Pensamento Único (incluindo a própria ideia de cidade), um direcionamento contrário, pois este opera de acordo e para um viver/ agir/ pensar/ compreender/ dizer cidade delimitado. Nesta perspectiva, o planejamento insurgente é específico do contexto em que emerge, não se trata de uma nova opção de plano urbanístico, mas se constitui de ações de criação coletiva, invenções de espaços de ativismo e construção de narrativas que bradam pela justiça espacial e apontam um futuro alternativo: “nós ainda estamos aqui”, ainda temos vivacidade para construir a(s) história(s) e a(s) cidade(s) que queremos.

## REFERÊNCIAS

- ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A Cidade do Pensamento Único**: Desmanchando Consensos. Petrópolis: RJ: Vozes, 2000.
- BORJA, Jordi. **As cidades e o planejamento estratégico**: uma reflexão européia e latino-americana. In: FISHER, T. Gestão contemporânea. Cidades estratégicas e organizações locais. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2011.
- DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. – São Paulo: Editora 34, 1992.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Org. e Trad. Roberto Machado. 17ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: Cartografias do Desejo. 5ª Ed. Petrópolis, 1999.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004, pp.29-94.
- HUYSEN, Andréas. **Seduzidos pela Memória**. Rio de Janeiro: Ed. Aeroplano, 2000.
- JACOB, Jane. **Morte e Vida das Grandes Cidades**. São Paulo, Martins Fontes, 2003.
- JACQUES, Paola. **Espectacularização Urbana Contemporânea**. In: JACQUES, Paola; FERNANDES, Ana (Or.). CADERNOS PPG-AU/FAUFBA/ Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. – Ano 2, número especial, (2004) – Salvador: PPG-AU/FAUFBA, 2004.
- JEUDY, Henri Pierre. **Memórias do social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990, pp.05-46.
- MIRAFITAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano | Insurgency, planning and the prospect of a humane urbanism. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S.l.], v. 18, n. 3, p. 363, dez. 2016. ISSN 2317-1529. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5499/4751>>. Acesso em: 01 abril. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2016v18n3p363>.
- POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.
- RANCIÈRE, Jacques. **O Desentendimento – política e filosofia**. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- SANDERCOCK, Leonie. Framing insurgent historiographies for planning. In: Sandrecock, Leonie. **Making the invisible visible**: a multicultural planning history. Berkeley, University of California press, 1998, pp 1-33.
- VAZ, Lílian Fessler. A Culturalização do Planejamento da Cidade. In: FERNANDES, Ana. JACQUES, Paola (org). **Territórios Urbanos e Políticas Culturais**. Cadernos PPG-AU/ FAU-UFBA. Salvador, 2004.
- VEYNE, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.



# O CONCEITO *INTEGRAÇÃO* NA TEORIA DO PLANEJAMENTO: BASES PARA O ENFRENTAMENTO DA FRAGMENTAÇÃO URBANA

Rafael Rust Neves. Prof. MSc. Curso de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Alagoas – Campus de Arapiraca. Doutorando pelo MDU/UFPE, rafael.neves@arapiraca.ufal.br

## INTRODUÇÃO

A fragmentação urbana, como utopia da cidade pós-moderna, fracassou em melhorar as condições de vida para a maioria das pessoas residentes nos centros urbanos. Alguns leitores poderiam interpelar o autor se seria prudente tomar essa afirmação como ponto de partida, quando o mais adequado deveria ser construí-la e constatá-la como ponto de chegada. Permitam ao autor justificar essa escolha.

Fazendo um retrospecto dos últimos sessenta anos é possível constatar que os postulados filosóficos pós-modernos que emergiram na década de 1960, possibilitaram novas abordagens sobre os problemas e as fragilidades do projeto filosófico da modernidade, fundado em bases metafísicas. A ruptura com o paradigma da modernidade, fundada numa determinada concepção de homem e de natureza, suscitou ares emancipatórios irreversíveis de extrema importância.

O Estado Providência privilegiava como público-alvo um determinado indivíduo-tipo portador de uma combinação específica de características: homem, branco e consumidor de bens duráveis. Nessa ocasião, as sociedades passaram a clamar (e continuam reivindicando, com

pertinência) a consideração da diversidade nos seus múltiplos aspectos. Os movimentos afro-americanos, os movimentos feministas, os movimentos estudantis e diversos outros emergiram com grande ímpeto nos anos 1960 e se mobilizaram nas grandes manifestações pela universalização dos direitos civis nos EUA e no movimento de Maio de 1968, na França.

No campo do urbanismo, Jane Jacobs (1961), Kevin Lynch (1960), Gordon Cullen (1961), Aldo Rossi (1966) e Robert Venturi (1972) formularam críticas contundentes à cidade radiosa corbusiana. Jacobs atacou a padronização e a desumanização dos espaços urbanos propostos pelos modernistas. Lynch e Cullen valorizavam a importância de considerar a percepção que as pessoas tinham da cidade ao rés-do-chão, criticando uma visão totalizadora dos arquitetos modernistas que privilegiavam a cidade vista de cima. Rossi retomou as abordagens culturalistas, afirmando a importância do patrimônio histórico como uma referência identitária relevante no planejamento das cidades. Venturi, por sua vez, destacou a importância do simbolismo e da diversidade morfológica frente à racionalidade modernista.

Reunindo as teses defendidas por esses renomados críticos do urbanismo, um conceito-chave permeia todas elas: diversidade – de usos, de percepções, de forma ou de caráter dos lugares. Os postulados filosóficos da pós-modernidade possibilitaram a emancipação cidadã por diversos movimentos sociais e a crítica do urbanismo funcionalista elencou a diversidade como bandeira de lutas. Contudo, o neoliberalismo que emergiu, no final dos anos 1970, esforçou-se para converter os dilemas estruturais do capitalismo em uma cultura mercantilizada e se empenhou em subverter a diversidade à diferenciação pela renda (HARVEY, 1992).

A produção do espaço urbano comandada pelo neoliberalismo intensifica o viés eminentemente seletivo. Os estudos sobre o mercado imobiliário apontam que o setor seleciona áreas específicas das cidades para realizarem investimentos, considerando as amenidades, os efeitos de lugar e os ganhos resultantes da renda da terra. Considerando esses aspectos, é fácil constatar



que a produção do espaço urbano segundo a lógica capitalista, devido a essa seletividade antedita, resultará em uma cidade espacial e socialmente fragmentada, haja vista que os produtos imobiliários de médio e alto padrão não são acessíveis às camadas de menor renda. Esse processo ameaça um dos sentidos primordiais que definem a cidade como lócus da sociabilidade, da diversidade e do encontro.

O presente ensaio tem por objetivo discutir a *integração* no campo do planejamento como conceito-chave para o enfrentamento dos processos que induzem a fragmentação urbana. Para compreender que sentidos o conceito *integração* vem assumindo nos cursos de ação e nas tomadas de decisão, serão analisados cinco modelos de planejamento que influenciaram de forma efetiva a produção do espaço urbano desde meados do século XX até os dias atuais: o planejamento racional-compreensivo, o incrementalismo, o planejamento advocatício, o planejamento estratégico e o planejamento participativo. Em seguida será analisado como o termo *integração* e suas derivações são abordados na Declaração de Quito, documento resultante do III UN-Habitat.

## O CONCEITO *INTEGRAÇÃO* NAS DIFERENTES ABORDAGENS DO PLANEJAMENTO

Essa análise das correntes do planejamento urbano adota como ponto de partida a abordagem racional-compreensiva, teorizada na primeira metade do século XX e implementada após a Segunda Guerra Mundial. Essa corrente se tornou hegemônica nas décadas de 1940 e 1950, e mobilizou uma imensa gama de planejadores que atuavam na administração pública ou em empresas de consultoria.

O **planejamento racional-compreensivo**<sup>1</sup> (abrangente) correspondeu à concepção de

planejamento cujos fundamentos foram dados pela Carta de Atenas, documento-base dos postulados modernistas sobre o urbanismo; pela Escola de Chicago, importante corrente de pensamento da sociologia urbana norte-americana no século XX, e pela *Charte de l'Aménagement du territoire*, elaborada pelo movimento Economia e Humanismo, coordenado pelo economista e religioso francês, Padre Louis-Joseph Lebreton (MELLO, 1960). O documento master do planejamento racional-compreensivo na América Latina é intitulado "Carta dos Andes", redigida por Luiz Anhaia Mello e publicada em 1960.

Essa concepção propugna que o planejamento, para ser exitoso, deve partir de uma abrangente compreensão da realidade, alcançada por meio da aplicação da metodologia científica em bases interdisciplinares. As equipes de planejamento reuniam economistas, historiadores, geógrafos, arquitetos, antropólogos, sociólogos que se empenharam em produzir extensos e detalhados diagnósticos da realidade urbana, materializados em uma infinidade de gráficos, tabelas, mapas, extensos relatórios escritos<sup>2</sup> e um vasto rol de proposições formuladas segundo o viés cientificista da abordagem.

O planejamento racional-compreensivo trouxe como contribuição o pensamento global e holístico sobre a cidade. O esforço de compreensão da realidade, valorizando os distintos olhares pelas ciências parcelares incorporou a dimensão interdisciplinar no planejamento urbano. Todavia, o modelo apresenta um viés tecnocrático e, portanto, não contempla a participação ativa da sociedade civil no processo. O modelo define cursos de ação lineares de longo prazo pouco permeáveis a mudanças conjunturais. Sua abordagem cientificista não reconhece os conflitos de ordem política no interior das instituições, tornando suas proposições descoladas das práticas de implementação pelos governos. Esse descolamento resultou no engavetamento da maioria dos planos elaborados de acordo com essa

<sup>1</sup> A tradução do termo, original da língua inglesa, *comprehensive planning* significa planejamento abrangente. O termo *compreensivo*, portanto, apresenta significado distinto de entender, solidarizar etc.

<sup>2</sup> A literatura sobre o planejamento compreensivo dá exemplos contundentes sobre essa afirmação. Segundo Villaça (1999), o Plano Doxiadis, elaborado para o Rio de Janeiro em 1965, apresentava mais de quinhentas páginas, e foi entregue ao Governo da Guanabara em inglês. Os planos de desenvolvimento formulados pela SAGMACS, em geral, ultrapassavam mil páginas.

concepção, apesar do rigoroso acuro técnico (VILLAÇA, 1999).

Quanto à *integração*, o planejamento compreensivo operava de forma ambígua. O diagnóstico detalhado e prolixo concebia a cidade como um todo integrado, pensada como um organismo vivo, em que as infraestruturas teriam funções análogas aos sistemas do corpo humano. Quanto à implementação, esse modelo aperfeiçoou as leis de zoneamento que resultaram no aprofundamento da fragmentação socioespacial nas cidades. Além disso, os planos elaborados segundo esse modelo partiam de uma compreensão global da cidade, mas eram esfacelados na implementação devido à fragmentação institucional vigente no interior dos órgãos públicos de planejamento.

Conforme antedito, o planejamento racional-compreensivo sofreu pesadas críticas nos anos 1960. Além dos urbanistas, intelectuais da ciência política norte-americana formularam importantes contribuições no sentido de superar o modelo compreensivo. Duas abordagens merecem destaque pela consistência das suas formulações e pelos seus desdobramentos: o incrementalismo (*moddle trough*) e o planejamento advocatício (*advocay planning*).

A teorização da **concepção incrementalista de planejamento** foi iniciada nos anos 1960, por Charles E. Lindblom professor da Universidade de Yale/ EUA, a partir das práticas dos administradores nas instituições públicas norte-americanas. O incrementalismo emergiu como alternativa ao planejamento racional-compreensivo criticado pela intransigência a revisões e pelo determinismo da relação causa/efeito no curso de suas ações. A implementação do incrementalismo, como concepção de planejamento, ganhou força no decorrer da década de 1970, com a crise do Estado desenvolvimentista e do planejamento de longo prazo.

O método incrementalista busca soluções para os problemas imediatos e prementes. De acordo com os incrementalistas, a concepção racional-compreensiva requer uma ordem social previsível e estática e, portanto, irreal. Para os incrementalistas é preciso adaptar a dimensão temporal a ações de curto prazo, tornando o planejamento permeável às mudanças que ocorrem a cada momento. Essa

adequação reduziria a incerteza e seria fonte de inovação nas práticas de planejamento. Para cada problema, seria avaliado um conjunto limitado de possibilidades de solução, a partir daí seria realizada uma análise comparativa e, por fim, seriam escolhidas aquelas de comum acordo entre os membros dos grupos envolvidos no processo (LINDBLOM, 1959).

Os incrementalistas eram reféns do momento. Apesar de buscarem certa *integração* quanto à seleção das melhores soluções para os problemas prementes, operaram com uma prática fragmentada no enfrentamento dos problemas de planejamento. Essa concepção foi pródiga em desenvolver instrumentos de gestão, mas pouco efetiva na compreensão e no tratamento dos problemas estruturais. Essa precária compreensão holística dos problemas e das grandes questões limitaram o alcance das suas ações, embora fossem efetivos no cumprimento das metas de curto prazo – planejavam com “os pés no chão”. Além disso, como a tomada de decisão se dava a cada passo, sua práxis planejadora era mais aberta a revisão de metas, pois considerava as transformações em curso no contexto da implementação. O objeto do planejamento, fosse uma cidade ou uma organização, seria entendido como uma complexidade de fenômenos e processos que deveriam ser tratados caso a caso, valorizando a aprendizagem por tentativa e erro.

O **planejamento advocatício** foi teorizado em meados da década de 1960 por Paul Davidoff (1965), então professor na University of Pennsylvania, agregando, posteriormente, as contribuições de Linda Davidoff e Neil Gold. O contexto foi marcado por tensões no seio da sociedade norte-americana, decorrentes da radicalização da Guerra Fria e da luta dos movimentos sociais afro-americanos em prol da universalização dos direitos civis. Na Europa, a insatisfação com as políticas públicas desenvolvimentistas resultou na Greve de Maio de 1968, quando os sindicatos dos trabalhadores, juntamente com os movimentos estudantis e associações de professores, protestaram pelas ruas de Paris, reivindicando melhores condições de trabalho e inclusão da diversidade racial, de gênero e de orientação sexual na formu-

lação das políticas públicas.

O planejamento advocatício formulou uma crítica direcionada à pretensão de neutralidade do planejamento racional-compreensivo, incorporando no processo as tensões e os conflitos decorrentes da diversidade de interesses. Nesse sentido, essa concepção compreende o pluralismo como inerente e necessário ao processo de planejamento, em contraposição à abordagem unitária, cientificista e tecnocrática do planejamento compreensivo.

Segundo a concepção advocatícia, o planejamento deveria se constituir como um processo *bottom-up*, em que as soluções deveriam emergir de baixo para cima, dos grupos de interesse no interior da sociedade; e não como um processo *top-down*, elaboradas tecnicamente e impostas de cima para baixo ao conjunto da sociedade por um grupo limitado de "especialistas iluminados". O *advocacy planning* defendia que o processo democrático no planejamento fosse similar a um processo judicial, no qual se busca uma solução para o litígio de acordo com os seguintes procedimentos: as partes são ouvidas, são reunidas provas sobre o que elas dizem e formulada uma argumentação consistente, cujo resultado seria uma decisão justa (DAVIDOFF, 1965)<sup>3</sup>.

O planejador, segundo essa concepção, deveria atuar como um advogado daquilo que propõe, do que diz ser apropriado. Portanto, deveria superar a atitude passiva, em que apenas apresentaria soluções emanadas de uma racionalidade científica, e adotaria uma postura ativa, em que ele afirmaria e defenderia seus posicionamentos.

Quanto à integração, o planejamento advocatício avançou no sentido de incorporar a dimensão política no processo de planejamento, propugnando o pluralismo, ou seja, a participação dos diversos grupos de interesse<sup>4</sup> no processo. Contudo, o planejamento advocatício se tornou refratário à compreensão holística, interpretada como uma herança da abordagem compreensiva com sua visão tecnocrática e despolitizada da cidade. Para que a diversidade de interesses não fragmentasse completamente o processo, a compreensão integral fi-

cou refém dos critérios definidos pela ponderação, pretensamente assegurada pela hermenêutica jurídica.

O **planejamento estratégico** tem origem nos conceitos e nas práticas do planejamento empresarial (VAINER, 2000). Foi teorizado por professores da *Business Administration* da *Harvard Business School*, na década de 1980, tendo como expoente o professor Michael Porter, que propugnou a transposição das estratégias de competitividade empresarial para o âmbito da administração pública (PORTER, 1996).

Essa concepção de planejamento foi formulada nos anos 1980, na emergência do neoliberalismo, que ganhou projeção mundial com os governos de Ronald Reagan nos EUA e de Margareth Thatcher no Reino Unido. O contexto foi marcado também pelo fenômeno da globalização financeira, caracterizado pela desregulamentação dos mercados e pela flexibilização dos contratos de trabalho em diversos países.

No campo do planejamento urbano, as formulações do planejamento estratégico foram difundidas por Manuel Castells, sociólogo espanhol e professor da Universidade da Califórnia, e pelos consultores catalães Jordi Borja, Manuel de Forn e Oriol Bohigas, que alcançaram projeção mundial pela elaboração e implementação do Plano Estratégico de Barcelona. A partir dos Jogos Olímpicos de 1992, realizados naquela cidade, o planejamento estratégico despontou como referência a ser replicada em diferentes cidades do mundo.

Segundo os preceitos adotados no planejamento estratégico, as organizações e as cidades competem por investimentos de capital, tecnologia e competência gerencial. As cidades são entendidas como máquinas de crescimento e, descoladas da sua realidade regional, disputam o privilégio de servirem como pontos de ancoragem dos fluxos de capital impulsionados pela globalização financeira. Essa abordagem tende a submeter o planejamento urbano às intervenções pontuais, resultantes de projetos urbanísticos elaborados por arquitetos de renome. Os Grandes Projetos Urbanos (GPUs) pas-

<sup>3</sup> DAVIDOFF, PAUL. *Advocacy and Pluralism in Planning*. Journal of the American Institute of Planners, v. 31, n. 4, 1965.

<sup>4</sup> Davidoff menciona, como exemplos de grupos de interesse, os partidos políticos, as associações comerciais, as entidades profissionais, as organizações sindicais, os grupos de defesa dos direitos civis, as organizações filantrópicas e, em particular, as "organizações de protesto", que se articulam em prol de interesses específicos, a exemplo de um movimento de resistência à implantação de um projeto de revitalização em um bairro da cidade.

sam a ser entendidos como as peças fundamentais do marketing urbano para atrair investimentos em um mundo dito globalizado, onde as cidades estariam em competição.

Alardeados pelo planejamento estratégico de cidades como intervenções pontuais propulsoras da irradiação de melhorias urbanas, os GPUs têm sido amplamente criticados, quando comparados seus objetivos iniciais com seus efeitos reais. As *metastasis urbanas*<sup>5</sup>, salvo raras exceções<sup>6</sup>, têm se mostrado mais malignas do que benignas. As rupturas que os GPUs induzem no espaço da cidade com o aumento exponencial do preço da terra e a especulação imobiliária resultam, em geral, em processos de remoção forçada e de gentrificação, expulsando os moradores de baixa renda das áreas de intervenção e dos entornos imediatos. Via de regra, os GPUs, após implantados, constituem verdadeiras ilhas de prosperidade e de segregação socioespacial.

O planejamento estratégico incorpora nuances do incrementalismo, operando com certo pragmatismo e alcançando relativo sucesso em efetivar suas ações. Porém, essa abordagem “estratégica” tem se tornado o modelo hegemônico e suas práticas, calcadas na submissão do planejamento à gestão e na subordinação do plano integrado aos projetos pontuais, têm produzido profundos efeitos fragmentadores no espaço urbano contemporâneo.

O **planejamento participativo** evoluiu a partir do *advocacy planning*, aprimorando o processo de participação, relativizando a figura do planejador intermediador e institucionalizando instâncias colegiadas de representação. O planejamento participativo, no Brasil, apresenta particularidades e se consolidou como uma das agendas do Movimento Nacional pela Reforma Urbana que, nos anos 1980, reuniu os diversos movimentos sociais urbanos.

Uma grande vitória do Movimento foi a inclusão dos artigos 182 e 183 na Constituição Federal de 1988. Os dois artigos anteditos confirmaram o

plano diretor como instrumento básico do planejamento urbano e destacaram a importância da função social da cidade, como princípio balizador do desenvolvimento urbano. Além disso, instituíram instrumentos importantes de combate à retenção especulativa de terras e de regularização fundiária. No decorrer dos anos 1990, novos instrumentos de planejamento apontaram novas perspectivas para o cumprimento da função social da propriedade e para a gestão democrática das cidades. Exemplos desses instrumentos são os conselhos municipais, o Orçamento Participativo, as Zonas Especiais de Interesse Social, dentre outros. A aprovação da Lei 10.257, o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) consolidou a agenda do Movimento Nacional da Reforma Urbana, representando uma grande vitória.

Quanto à integração, a elaboração dos planos diretores participativos reintroduziu a importância do planejamento da cidade de forma integrada, em termos espaciais, e contínua, em termos temporais<sup>7</sup>. Em diversos municípios as oficinas e audiências mobilizaram múltiplos segmentos da sociedade civil e os movimentos sociais urbanos no processo de elaboração dos seus planos diretores. Em muitos casos a participação não foi efetiva. De todo modo, a criação de instâncias de participação como os conselhos municipais, estaduais e federais, somada à realização das Conferências das Cidades cujas diretrizes deveriam assumir na prática caráter deliberativo representaram inegáveis avanços para o planejamento das cidades.

Porém, persistem no âmbito do planejamento participativo práticas fragmentadoras. A política urbana, em diversos casos é implementada de forma segmentada em planos de habitação, mobilidade e saneamento com pouca interface entre si e com o plano diretor das cidades. Outro fator que vem comprometendo a aplicação efetiva dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade são os vícios da política local no Brasil. Muitos prefeitos abdicam de apoiar a regula-

<sup>5</sup> O conceito de *metastasis urbana*, cunhado pelo arquiteto e consultor catalão Oriol Bohigas, supõe que intervenções pontuais, estrategicamente localizadas, produziram melhorias urbanas no entorno e esse efeito irradiaria de forma contínua no espaço. Multiplicando essas intervenções, as melhorias delas irradiadas cruzariam umas com as outras configurando uma teia urbana. Ao fim e ao cabo, a cidade inteira alcançaria um patamar superior de qualidade urbanística.

<sup>6</sup> Barcelona e Medellín talvez sejam os casos que angariaram maior sucesso, mas são exceções e não a regra.

<sup>7</sup> O documento “Plano Diretor Participativo: Guia para elaboração pelos municípios e cidadãos”, publicado pelo Ministério das Cidades, em 2004, apresenta de forma sistematizada a metodologia de planejamento participativo a ser adotada na elaboração dos planos diretores participativos municipais.

mentação e a aplicação dos instrumentos com receio de perder votos ou de se indispor com empresas do setor imobiliário.

## O CONCEITO *INTEGRAÇÃO* E SUAS DERIVAÇÕES NA “DECLARAÇÃO DE QUITO”

A Resolução 71/256 dispõe sobre a Nova Agenda Urbana aprovada pela Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável (UN-HABITAT III), realizada entre 17 e 20 de outubro de 2016, em Quito, no Equador. O documento, também intitulado “Declaração de Quito sobre Cidades e Assentamentos Humanos Sustentáveis para Todos”, compila as contribuições do Habitat III e tem por objetivo servir de recomendações para os governos nacionais, subnacionais e locais para a elaboração e implementação de políticas públicas urbanas pelos próximos vinte anos. Essas orientações deverão ser consideradas pelo Banco Mundial como critérios para financiamento de políticas, planos e projetos para as cidades nesse período.

O documento parte da constatação de que a concentração de pessoas, atividades econômicas, interações sociais e culturais, assim como as repercussões ambientais e humanitárias, têm se concentrado cada vez mais nas cidades. O documento segue apontando que, apesar da trajetória de melhoria nas condições de vida das populações residentes em zonas urbanas ao redor do mundo, persistem as múltiplas formas de pobreza, as desigualdades crescentes e a degradação ambiental, que produzem como efeitos a exclusão social e econômica, assim como a segregação espacial (UN-HABITAT, 2016).

Os compromissos em prol do desenvolvimento urbano sustentável propugnados na Nova Agenda Urbana compreendem: (i) desenvolvimento urbano sustentável em prol da inclusão social e a erradicação da pobreza; (ii) prosperidade urbana sustentável e inclusiva e oportunidade para todos; (iii) desenvolvimento urbano resiliente e ambientalmente sustentável; (iv) levantar a estrutura de go-

vernança urbana: estabelecer um marco de apoio; e (v) planejamento e gestão do desenvolvimento espacial urbano.

O estudo do documento permite verificar a recorrência com que a palavra *integração* e suas derivações aparecem no seu conteúdo. É importante destacar que o termo permeia e está presente em todos os cinco compromissos anteditos e também no subcapítulo “Meios de Aplicação”, atestando sua importância não só nos princípios gerais, mas também nas estratégias de implementação.

Algumas expressões relacionadas com o termo *integração* e suas derivações aparecem de forma recorrentes no documento, dentre as quais é possível destacar: “enfoques de desarrollo urbano y territorial sostenibles e integrados”; “integración socioeconómica y cultural de las comunidades marginadas”; “desarrollo sostenible de manera integrada y coordinada a nivel mundial”; “políticas urbanas y territoriales integradas”; “enfoques integrados para la urbanización”; “estrategias integradas de planificación urbana y territorial” (UN-Habitat III, 2016).

Um dos sentidos que o conceito assume diz respeito à necessidade de integração do planejamento com o desenho urbano, como forma de prover melhorias para o conjunto da cidade, resultantes da justa distribuição dos bônus da urbanização: “La reactivación de la planificación y el diseño urbanos y territoriales integrados y a largo plazo, a fin de optimizar la dimensión espacial de la configuración urbana y poner en práctica los resultados positivos de la urbanización” (UN-HABITAT III, 2016, p.6).

Outro elemento importante mencionado no trecho supracitado da Declaração de Quito é a defesa de um planejamento que contemple lastros temporais de longo prazo. Essa passagem representa um ponto de inflexão importante em relação à Declaração de Istambul que, contaminada pelos postulados do planejamento estratégico e pela ofensiva neoliberal na década de 1990, advogava em favor de um planejamento local focado em ações de curto e médio prazos.

A declaração aborda ainda a necessidade da integração das políticas urbanas no âmbito das relações interfederativas nos diversos países, pautada na ideia de governança colaborativa que articule as esferas nacional, subnacional e local no enfrenta-

mento dos problemas urbanos.

A ideia de integração aparece também na afirmação da necessidade de um modelo de planejamento que aborde, ao mesmo tempo, a escala urbana e a escala regional, destacando a importância da dimensão territorial no planejamento da cidade.

A Declaração advoga pela elaboração e implementação de um planejamento indissociado das questões referentes à diversidade seja de gênero, de idade, de etnia etc. O enfoque da participação dos diversos segmentos no processo de planejamento permeia várias proposições apresentadas no documento. Nesse sentido, um planejamento integrado não nega a diversidade, mas a incorpora e intensifica suas potencialidades para emancipar a cidadã, ao mesmo tempo em que propugna uma abordagem transversal, operando de forma multitemática e intersetorial, evitando ações fragmentadas, redundantes e contraproducentes na implementação dos planos.

Por fim, o conceito de *integração* perpassa a Declaração de Quito assumindo diversos conteúdos com o mesmo intuito: conferir ao planejamento uma abordagem holística que contemple uma compreensão global dos problemas urbanos e estratégias de ação mobilizadoras dos múltiplos atores, reconhecendo a diversidade dos grupos sociais e advogando em prol da participação cidadã no processo de planejamento. Além disso, criação de instâncias de participação, por si só, não assegura igualdade de condições aos diferentes atores. Apesar de muitos conselhos apresentarem composição paritária, boa parte das deliberações tem privilegiado interesses privatistas do capital imobiliário, produzindo efeitos nocivos ao desenvolvimento urbano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios que o planejamento enfrenta na atualidade são em parte novos, em parte herdados de abordagens e práticas de planejamento que marcaram a produção do espaço urbano no século passado. Apesar das iniciativas de implementar instrumentos de planejamento com vistas ao enfrentamento da fragmentação urbana, os resultados têm logrado êxitos muito limitados.

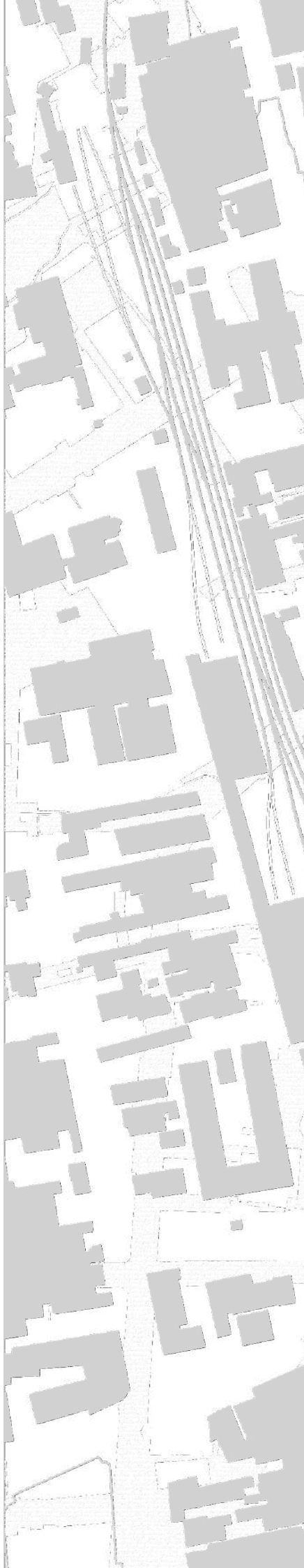
As estratégias de integração que perpassam distintos modelos de planejamento procuraram mi-

tigar processos de fragmentação, seja no âmbito das instituições, seja no âmbito do território, porém as desigualdades socioespaciais nas cidades vêm aprofundando problemas de ordem social, política e econômica. A Declaração de Quito afirma que a exclusão social e econômica e sua espacialização no território, a segregação socioespacial, persistem como obstáculos prementes ao desenvolvimento urbano sustentável e integrado.

Há perspectivas promissoras sendo gestadas. Faz-se necessário que os movimentos sociais, as prefeituras e as universidades debruçem sobre elas, dotando-as de caráter operacional. Uma delas é a Cota de Solidariedade. Inspirada na legislação francesa e espanhola, foi aprovada como instrumento urbanístico no último Plano Diretor de São Paulo, e dispõe que cada empreendimento reserve parte da sua oferta de imóveis à habitação de interesse social. O instrumento enfrentou resistência virulenta por parte das grandes empresas do setor imobiliário e sua implementação foi fragilizada. Nada impede que futuros prefeitos e vereadores, defensores da universalização do direito à cidade, retomem a sua regulamentação e efetivem sua implementação em prol de uma cidade mais justa e integrada.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. LEI 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm). Acesso em: 16/05/2017.
- DAVIDOFF, P. Advocacy and Pluralism in Planning. *Journal of the American Institute of Planners*, V.31, N. 4, November 1965, p. 331-338.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- LINDBLOM, C. E. The Science of "Muddling Through". *Public Administration Review*, V. 19, N. 2, November 1959, p. 79-88.
- MELLO, L. A. **A Carta dos Andes**. São Paulo: Bem-Estar, 1960.
- PORTER, M. E. What is strategy? *Harvard Business Review*, N.6, November-December 1996, p. 2-22.
- UN-HABITAT III. **Resolución 71/256: Nueva Agenda Urbana**. New York: ONU, 2016.
- VAINER, C. Pátria empresa e mercadoria. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A Cidade do Pensamento Único**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. (Orgs). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EdUSP, 1999.



# SUB MIS SÕES



# UM OLHAR SOBRE O IMPACTO DO URBANISMO IDEALIZADO NA SOCIEDADE URBANA CONTEMPORÂNEA: A CIDADE JARDIM E A CIDADE DAS TORRES

Maya Neves de Moura Araújo; Graduanda  
em Arquitetura e Urbanismo, Bolsis-  
ta do Programa de Educação Tutorial;  
mayanevesm@gmail.com

Em função do crescimento do tráfego de automóveis e da evolução de tecnologias construtivas, em um período compreendido entre a Revolução Industrial e a Segunda Guerra Mundial, foram introduzidos ao planejamento urbano e à arquitetura os ideais de funcionalismo, verticalização e vias de fluxo rápido. De acordo com Gehl (2015, p. 56) tais fatores influenciaram a construção de uma dinâmica urbana na qual são desvalorizados os espaços públicos, impedindo a caminhada agradável, a permanência adequada e o encontro de pessoas.

O referido autor afirma que as novas áreas urbanas se constituem, frequentemente, em "agrupamentos de edifícios especulares isolados, e aleatórios, entre estacionamentos e grandes vias" (GEHL, 2015, p. 56), e prossegue explicitando que tanto os aspectos físicos das grandes cidades como os sociais exercem influências um no outro. A partir dessas considerações, é possível identificar as raízes do individualismo e da efemeridade que marcam o comportamento humano nas grandes cidades contemporâneas.

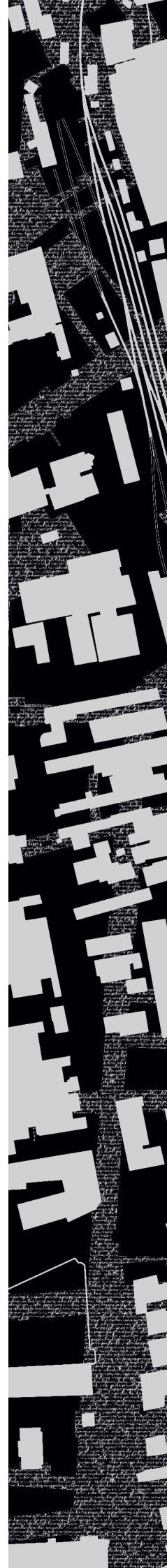
Para tanto, reportar-nos-emos aos conceitos de "Cidade Jardim" e "Cidade das Torres" como ideais influentes na configuração deste cenário. Esse olhar tem por finalidade compreender como tais conceitos contribuíram com a fragmentação socioterritorial no espaço urbano, bem como resgatar aspectos da cidade original favoráveis à dimensão e às relações humanas.

Por décadas, a dimensão humana tem sido um tópico do planejamento urbano esquecido e tratado a esmo, enquanto [...] as ideologias predominantes de planejamento – em especial, o modernismo – deram baixa prioridade ao espaço público, às áreas de pedestres e ao papel do espaço urbano como local de encontro dos moradores da cidade (GEHL, 2015, p. 3)

Era final do século XIX quando se popularizou o conceito de cidade-jardim. Preconizada por teóricos diversos desde meados do referido século, foi através de Ebenezer Howard (1850-1928) que a cidade-jardim se trajou de forma e conteúdo. Conceito de urbanização culturalista, estabelecido como resposta ao capitalismo crescente em um período entre guerras e revolução industrial, foi uma das primeiras e mais importantes respostas aos males produzidos pela cidade no século XIX.

Enquanto militante no movimento socialista inglês, Howard dispôs de referências essenciais para a construção de seu pensamento, dentre as quais Hall (2005, p. 106) destaca: Edward Gibbon Wakefield, propondo que, ao atingir-se um número de habitantes estabelecido dentro da cidade, outra deveria ser construída nos arredores, separando-as por um cinturão verde; Alfred Marshall, alegando que a transferência de parte da população de grandes centros para os campos, provocaria benefícios econômicos a longo prazo; o Movimento Regresso à Terra; e as obras "Progress and Poverty" (1881), de Henry George, e "Looking Backward" (1889), de Edward Bellamy.

Nesse contexto, Howard propunha a implantação de comunidades cooperativas autogeridas, para 32.000 habitantes, sem distinção por



poder aquisitivo. Evidenciava uma busca por soluções aos principais problemas que assolavam a sociedade e a economia, tais como o êxodo rural, a superlotação dos grandes centros, a precariedade da habitação, a geração de emprego e renda, entre outros. A cidade-jardim consistia, portanto, em um processo de transformação social, "uma combinação sadia, natural, econômica, da vida da cidade com a vida do campo, e tudo isso num terreno que pertence à municipalidade" (CHOAY, 1992, p. 222)

Contudo, a forma como o conceito de cidade-jardim repercutiu, ao longo do tempo e em diferentes espaços, o tornou distorcido, levando a resultados por vezes catastróficos. A formação de numerosos subúrbios-dormitórios foi um deles, bem como o incentivo à implantação de condomínios residenciais fechados nas cidades. Em contraposição aos esquemas utópicos, cujo intuito era o de prover a recolonização do campo, amenizando o adensamento populacional nos grandes centros, as influências suscitadas acabaram por contribuir, em muitos lugares, com a dispersão do território e a criação de enclaves urbanos. Essas consequências podem ser encontradas em muitas das cidades brasileiras.

Já a "Cidade das Torres" - em alusão ao urbanismo modernista, teve Le Corbusier (1887-1965) como seu principal idealizador. Foi sob influência do processo de revolução industrial, o avanço tecnológico e a consequente transformação das dinâmicas socioeconômicas, que se produziram os princípios urbanísticos modernos que iriam reger o plano das cidades de Le Corbusier. Entre o fim do século XIX e início do século XX, o urbanismo moderno atingia o seu auge. Com o término da Segunda Guerra Mundial, e, como consequência, a necessidade de reinventar as cidades, entendia-se necessário realocar grandes massas populacionais, desamparadas pelos efeitos das guerras, para conjuntos habitacionais.

De origem suíça e descendente de uma família de relojoeiros, Le Corbusier, argumenta Hall (1988, p. 244), tentava reduzir a dinâmica da cidade e da sociedade ao funcionamento de um relógio, de modo racionalizado e controlador.

Com esse pensamento, o arquiteto definiu as quatro funções básicas que seriam desenvolvidas na cidade moderna: habitar; trabalhar; cultivar o corpo e o espírito; e circular. É, pois, com base nessas funções que se estruturam as intenções projetuais em seus primeiros planos urbanísticos.

Segundo Choay (2005, p. 190), a moradia, ou célula, como Corbusier denominava a habitação, deveria ser bem estudada, de modo a alcançar um modelo ideal e uniforme, que deveria ser executado em massa. Ao espaço público e à arborização, caberia a função de quebrar a monotonia da paisagem ante os prédios imponentes distribuídos à margem de largas avenidas. Le Corbusier se utilizou ainda do conceito da cidade jardim, quando propunha, na verdade, a criação de subúrbios jardim - uma distorção da ideia original. Quanto a este aspecto, Choay (2005, p. 192) destaca "Os urbanos, os suburbanos e os mistos. [...] Devemos distinguir um órgão denso, rápido, ágil concentrado: a cidade [...] um outro órgão flexível, extenso, elástico: a cidade-jardim".

Os centros seriam compostos por arranha-céus destinados a escritórios, onde se alojariam industriais, a elite intelectual e os artistas. Adjacente a esta zona, estariam dispostas as áreas residenciais: a primeira destinada ao público dos centros, o *Plan Voisin*; e, depois, outra mais modesta, destinada à população que detinha a força de trabalho. (HALL, 1988, p. 246).

Em meio à Grande Depressão (1929), o plano *Corbusiano* vestiu-se de caráter sindicalista, levando à coletivização das zonas, especialmente da habitação, agora denominada *Unités*. (HALL, 1988, p. 247). Agora, a moradia, mais do que nunca, passara a funcionar como elemento primordial, a partir do qual a cidade iria progredir. Em um processo de zoneamento e segmentação uniforme, este espaço destinava-se ao homem-tipo, igualmente padrão.

Apesar de apresentar poucas expressões concretas, a ideologia modernista influenciou diversas cidades constituídas no decorrer do século XX, tanto no planejamento urbano quanto no âmbito da arquitetura. Embora tais traços

satisfizessem interesses de grande parte das classes alta e média – proporcionando condições privilegiadas ao uso do transporte individual, através das vias expressas, ou a habitação em zonas homogêneas e isoladas, aliando a ideia do subúrbio jardim com o zoneamento por funções de trabalho –, o reflexo para as classes com menor poder aquisitivo mostrava-se desastroso. Esse ainda é o cenário dos grandes centros urbanos brasileiros.

Uma das principais falhas, comum em ambos os planos, estava justamente na desconsideração das complexidades e particularidades no que tange à dimensão humana. Tratava-se de planos poucos flexíveis, direcionados a sociedades idealizadas. O zoneamento das áreas urbanas com base no ofício exercido pelas pessoas, presente nos dois planos, acabava levando-os à criação, ou à ampliação, de caótica segregação socioespacial.

A criação de subsistemas urbanos representa um fator desfavorável à solução dos problemas de integração de pessoas e do território, por coibir a livre experiência do indivíduo, com o espaço e com outrem. De acordo com Edward Hall (2005, p. 5), “nossas cidades estão gerando diferentes tipos de pessoas em seus cortiços, hospitais psiquiátricos, presídios e bairros afastados de classe média alta”, entretanto a transformação da urbe requer um aprofundamento acerca das necessidades humanas ante o caráter coletivo que permeia a vivência urbana.

Em vista disso, será retomada a ideia inicial de cidade, sua natureza histórica, valendo-se da contribuição de Mumford, para, então, entre as características citadinas originais, encontrar funções ou vocações humanas capazes de nortear medidas de planejamento urbano, tendo em vista a solução dos desafios aqui relatados.

Antes da cidade houve a pequena povoação, o santuário e a aldeia; antes da aldeia, o acampamento, o esconderijo, a caverna, o montão de pedras; e antes de tudo isso, houve certa predisposição para a vida social que o homem compartilha, evidentemente, com diversas outras espécies animais. (MUMFORD, 1998, p. 11).

Portanto, observa-se que, em seu caráter essencial, a aglomeração urbana é precedida pelo aspecto social do homem. É, pois, a relação humana sobre o espaço que confere significado à cidade. Sendo esta plural – por mesclar espaços e serviços formais e informais, indivíduos com opiniões contrastantes, e que desempenham funções diversas – destaca-se a importância do respeito às dimensões humanas no ato do planejamento urbano.

Diante disso, é evidenciada a necessidade de prever e valer-se da diversidade e da variabilidade que caracterizam as dinâmicas humanas na cidade contemporânea, de modo a permitir a apropriação contínua e constante dos espaços públicos. Deve-se atentar, sobretudo, para a necessidade de tornar atrativos e seguros tais espaços, tendo em vista a sua significância para a realização de atividades cotidianas de circulação, permanência e encontro de pessoas. Logo, o resgate à vivência da cidade é um dos meios que possibilitará a superação aos problemas de segregação socioespacial que assolam os centros urbanos no século XXI.

## REFERÊNCIAS

- CHOAY, F. **O Urbanismo**: utopias e realidades, uma antologia. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- GEHL, J. **Cidades para pessoas**. Tradução Anita Di Marco. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- HALL, E. T. A **Dimensão Oculta**. Tradução Waldéa Barcellos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- HALL, P. **Cidades do Amanhã**: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- MUMFORD, L. **A cidade na História**: suas origens, transformações e perspectivas. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

# EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO MEIO PARA COIBIR AS IRREGULARIDADES NO PATRIMÔNIO CULTURAL DO CENTRO DE MACEIÓ

Karla Rachel Jarsen de Melo Calheiros  
Arquiteta e Urbanista, FAU-UFAL,  
karlaarachel@hotmail.com

## INTRODUÇÃO

Em virtude do crescimento do comércio, as modificações das atividades comerciais e de serviços exigiram uma nova organização em que as novas tecnologias, dentre elas a publicidade, passam a interferir no cotidiano da população como também na forma de se comunicar com o espaço.

No que respeita ao aspecto do patrimônio, o objetivo cingiu-se primordialmente à ordenação da paisagem para que fossem respeitadas as diretrizes estabelecidas para os veículos de comunicação nas áreas comerciais sem que tais encobrissem as fachadas e elementos arquitetônicos dos imóveis situados em Zonas Especiais de Preservação (ZEP).

Estas ocorrências acarretaram alguns questionamentos à participação do poder público em coibir as interferências no patrimônio edificado diante das normativas existentes para a proteção do bem imóvel em prol da preservação de construções históricas para a sociedade alagoana.

Buscando a conservação do patrimônio arquitetônico e dos sítios históricos existentes em Maceió, foram criadas as ZEPs, com o intuito de proteger legalmente as edificações e os espaços urbanos de relevância cultural e histórica.

O esforço do Poder Público em garantir a preservação do patrimônio material resultou na promulgação da Lei nº4.545/1996, editada para reger as intervenções realizadas no conjunto urbano da ZEP; e, em 1997, na inserção do bairro do Centro como ZEP-2.

Investigando afundo o bairro do Centro de Maceió, observou-se que muitas das edificações localizadas na ZEP-2 estavam sofrendo reformulações nas fachadas por parte de seus proprietários. Verificou-se, também, o abuso na inserção de elementos visuais - como placas e letreiros -, de modo a mascarar os exemplares arquitetônicos protegidos.

Após oito anos da elaboração do projeto de qualificação das edificações, sentiu-se a necessidade de averiguar a atual situação de preservação das edificações do Centro de Maceió, bem como verificar se a normativa nº4.545/1996 é seguida por parte dos setores de fiscalização da SEDET.



Outro objetivo propõe medidas para frear as descaracterizações do patrimônio edificado para possibilitar a melhoria na paisagem urbana e proporcionar a contemplação das edificações históricas por parte da população.

Inicialmente o artigo consistiu em pesquisar diversos conceitos fundamentais para o estudo, associado à leitura sobre os principais teóricos referente ao assunto. Examinou-se, também, as interferências publicitárias no espaço público da rua, refletindo sobre sua relação com as edificações históricas locadas em sítios históricos voltados ao uso comercial e, como isso foi refletido em São Paulo e em Maceió.

A fase subsequente buscou conhecer a área de estudo. Isso ocorreu através do estudo do bairro e da própria Rua do Comércio, observação da rua, pesquisa em órgãos públicos, entrevistas com frequentadores e profissionais vinculados ao patrimônio e à fiscalização dos engenhos publicitários.

Além dos órgãos já mencionados, pesquisou-se ainda na Secretaria Municipal de Controle e Convívio Urbano (SMCCU) – atual SEDET- onde foram realizados questionários, previamente estabelecidos, para profissionais responsáveis

pela fiscalização no que concerne à edificação e a publicidade.

Tomando como referência as informações adquiridas sobre as interferências publicitárias no patrimônio edificado, foi possível propor medidas para coibir danos às edificações, dentre elas, a elaboração de uma cartilha e um aplicativo.

## DESENVOLVIMENTO

Visando a proteção do centro histórico e dos exemplares arquitetônicos do Centro de Maceió, a Lei 4.545 de 1996 contempla normas gerais referente à proteção, edificação ou conjunto de edificações das ZEPs; bem como medidas para a padronização dos engenhos publicitários, tendo o objetivo de preservar, conservar e restaurar as edificações de valor histórico, cultural e arquitetônico da cidade de Maceió.

Na comparação dos registros fotográficos dos imóveis, notou-se que na Rua do Comércio se destaca em primeiro plano os anúncios publicitários seguidos das edificações que atuam como um suporte para a comunicação visual, Figura 1.

Figura 1- Transformações nas fachadas da drogaria São Luiz, Farmácia Permanente e Farmácia do Trabalhador. Fonte: MISA, sem data; SEMPLA, 2010 e Acervo Pessoal, 2016.



Os anúncios são fixados defronte às edificações, servem para identificar os estabelecimentos e camuflar os condensadores de ar condicionado que são postos na fachada frontal dos estabelecimentos. Além disso, grande parte das edificações possui dois anúncios publicitários por estabelecimento sendo um paralelo e outro perpendicular ao imóvel, configurando a irregularidade conforme a legislação nº 4.545/1996. Em alguns casos, perceberam-se fachadas contendo até três publicidades em um mesmo imóvel.

Dessa forma, nota-se que as mudanças realizadas pelos proprietários referentes à publicidade no patrimônio edificado estão de encontro as diretrizes; que, conseqüentemente, o Projeto de Qualificação das edificações não foi implementado na prática; e que o órgão responsável pela fiscalização SEDET não está cumprindo a lei municipal nº 4.545/199) designada para os imóveis locados nas ZEPs.

Visando reverter essa situação e cooperar em parceria com a SEDET na conscientização da população e dos profissionais responsáveis pelo setor de fiscalização sobre a importância da preservação do patrimônio edificado para a cidade, criou-se uma cartilha e um aplicativo

para que ambos pudessem colaborar para que a população denunciasse as irregularidades ocasionadas pela publicidade no patrimônio edificado localizado na ZEP-2 junto às administrações públicas.

Busca-se, com isto, a formação da "consciência preservacionista", ou seja, contribuir junto às novas gerações com a preservação dos bens culturais, cujo desaparecimento, constitui uma perda irreparável (IPHAN, 2012, p.15).

No caso específico, foi elaborada uma Cartilha informativa intitulada Zeca e Alice: Entendendo o patrimônio, Um olhar sobre os anúncios publicitários em imóveis no Centro de Maceió. Buscou-se estimular o aprendizado e a importância sobre o patrimônio arquitetônico, assim como o mascaramento dos imóveis por parte da publicidade, como mostra a Figura 2.

O aplicativo, Figura 2, possibilita identificar o tipo de irregularidade, descrever, localizar o endereço e foto do local da denúncia, de forma rápida e anônima. As informações registradas passam para ambos os órgãos da SEDET onde são recebidas – via email – e passam por um processo de triagem, seguindo para as equipes responsáveis pela fiscalização.

Figura 2- Cartilha e Interface do Aplicativo. Fonte: Calheiros, Karla. 2016.

# ZECA E ALICE

## ENTENDENDO O PATRIMÔNIO

UM OLHAR SOBRE OS ANÚNCIOS PUBLICITÁRIOS NAS EDIFICAÇÕES DA RUA DO COMÉRCIO

AUTORA: KARLA RACHEL JARSEN DE MELO CALHEIROS  
DESENHOS: PABLO PEIXOTO DE LIMA


**- DENÚNCIAS:**  
SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE E CONVÍVIO URBANO (SMCCU).  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO E EDIFICAÇÕES E URBANISMO (DFEU)  
ENDEREÇO: AV. GOV. AFRÂNIO LAGES, 297 - FAROL, MACEIÓ - AL  
TELEFONE: 3315-4747  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO (SEMPLA)**  
SETOR PATRIMÔNIO  
ENDEREÇO: R. DO IMPERADOR, 141 - CENTRO, MACEIÓ - AL, 57020-670  
TELEFONE: 3315-3706  
**APLICATIVO: FISCALIZE JÁ**

**- BIBLIOGRAFIA:**  
MACEIÓ. Lei nº 4545 de 14 de novembro de 1996. Disponível em: <http://www.maceio.al.gov.br/wp-content/uploads/plusagencia/documento/2014/06/Download-Lei-N.º.4545-de-1996.pdf>  
SEMPLA. Patrimônio Histórico e Cultural. Disponível em: <http://www.sempla.maceio.al.gov.br/sempa/patrimonio/PATRIMONIOHISTORICOECULTURAL.pdf>  
SEMPLA. Zonas Especiais de Preservação. Disponível em: <http://www.sempla.maceio.al.gov.br/patrimoniohistorico.htm>  
SMCCU. Legislação. Disponível em: <http://www.maceio.al.gov.br/smcou/legislacao/>

Bem vindo ao aplicativo de denúncias à publicidade irregular nos imóveis do Centro de Maceió/AL.

Sua denúncia é totalmente anônima e irá nos ajudar a cuidar melhor do nosso patrimônio.

Comece agora e denuncie a publicidade irregular nos imóveis do Centro de Maceió/AL.  
**Fazer denúncia**

Ou ligue para:  
 **(82)3315-3706**

## CONCLUSÕES

Conforme foi observado, a publicidade é ferramenta que constantemente interfere no cotidiano da população como também na forma de se comunicar com o espaço. Dessa maneira, tanto as ruas como as edificações passaram a contemplar elementos visuais que, em muitos casos, ocultam as construções, gerando poluição visual na paisagem urbana.

A partir da observação, in loco, após o Projeto de Qualificação das Edificações, verifica-se que o projeto, na prática, não foi realizado. Nota-se que os exemplares arquitetônicos localizados na Rua do Comércio e os demais imóveis do Centro de Maceió encontram-se ocultados pela publicidade interferindo na visualização dos imóveis.

Esta situação acarreta não apenas o agravamento da poluição visual na paisagem urbana, como também mascara o patrimônio arquitetônico que todos os cidadãos alagoanos têm o direito de contemplar e observar.

Diante das necessidades e tendências do uso comercial, verifica-se que não há nenhuma relação de pertencimento com as edificações e

seus significados para com a cidade. Por isso, o que teria de ser preservado sofre um processo contrário por parte do descaso dos proprietários/inquilinos que optam pela destruição das construções à realização de reparos e reformas necessárias.

Essas argumentações expostas servem para mostrar como é complexa a atividade de conciliar o interesse de determinados bens para a sociedade, no sentido de preservar, o que conservar, o que destruir e o que intervir. Ponderando-se sobre estas reflexões, entre outros aspectos se reconheceu: (1) a indispensabilidade em explicar, avaliar os valores que certificam a preservação de determinados bens arquitetônicos; e, (2) a eficácia das leis de proteção ganhará bastante com a compreensão, o apoio da população e a sua vigilância quanto a meios de aplicação de normativas que contribuam efetivamente para a conservação/preservação do patrimônio arquitetônico.

Por todas as ideias explanadas espera-se ter contribuído com medidas para o patrimônio cultural do Centro de Maceió, no tocante à discussão a respeito dos engenhos publicitários ocultarem os imóveis cujo acervo, rico da arquitetura alagoana, como também no que concerne à proteção do patrimônio, através de instrumentos educativos que possibilitam conscientizar a população e a instrua a direcionar o seu olhar ao patrimônio, pois não é uma simples tarefa; contudo, com apoio da gestão pública e dos órgãos responsáveis é possível minimizar essa situação.

## REFERÊNCIAS

- IPHAN. **Educação patrimonial**: reflexões e práticas. Átala Bezerra Tolentino (Org.) - João Pessoa: Superintendência do Iphan da Paraíba, 2012. p. 104.
- MACEIÓ. Decreto nº 5.700, 02 de outubro de 1997. **Diário Oficial do Município**. 1 de outubro de 1997.
- MACEIÓ. Lei nº 4.545, de 14 de novembro de 1996. **Diário Oficial do Município**. 15 de novembro de 1996.
- MACEIÓ. **Plano Diretor**. 2005.

### SAIBA MAIS

#### Superintendência de Controle e Convívio Urbano (SMCCU).

Endereço: Av. Gov. Afrânio Lages, 297 - Farol, Maceió - AL.  
Telefone: 3315-4747

#### Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPLA)

Endereço: R. do Imperador, 141 - Centro, Maceió - AL, 57020-670  
Telefone: 3315-3706

#### Referências:

MACEIÓ. Lei nº 4.545 de 14 de novembro de 1996.

Disponível em: <http://www.maceio.al.gov.br/wp-content/uploads/planoagencia/legislaao/2004/06/Download-Lei-N.545-14-1996.pdf>.

SMCCU. Legislação referente a publicidade.

Disponível em: <http://www.maceio.al.gov.br/smccu/legislacao/>

SEMPLA. Patrimônio Histórico e Cultural.

Disponível em: <http://www.sempa.maceio.al.gov.br/patrimoniocultural.htm>.

Autora do aplicativo:  
Karla Rachel Jansen de Melo Calheiros - a  
Programador do aplicativo:  
Daniel Gomes de Farias de Melo

Submetido em: 20 de fevereiro de 2017.  
Aprovado em: 22 de junho de 2017.



# O CAMPO AMPLIADO DA ARQUITETURA: OS *PARKLETS* COMO NOVOS PARADIGMAS DA APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

Jéssica Ellen Dias Leite; Graduanda em  
Arquitetura e Urbanismo FAU-Ufal;  
jessicadiasufal@gmail.com

Wemerson Silva Soares; Graduando  
em Arquitetura e Urbanismo FAU-Ufal;  
wemersonsoares.arq@gmail.com

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ivvy Pedrosa Cavalcante  
Pessoa Quintella; Professora Adjunta,  
Centro de Tecnologia (CTEC) Ufal;  
ivvy.quintella@ctec.ufal.br

## INTRODUÇÃO

Arte e a arquitetura nunca estiveram tão intrínsecas quanto na atualidade (SHULZ-DORNBURG, 1999). Definir os limites que distinguem ambas não se torna tarefa simples, pois, por estarem conectadas com as transformações socioculturais, os sentimentos são efêmeros, condicionados a momentos específicos e a lugares. Ambas têm por objetivo principal criar marcas que fiquem registradas no tempo, reafirmando a poética espacial que traz sensibilidade ao abrigo, deixando-o além de uma função pragmática. Em virtude da globalização, a multiplicidade emerge e a conectividade de informações e experiências com culturas outrora distantes torna-se ponto-chave na contemporaneidade.

As visões sobre arte e arquitetura passaram a se basear em um novo conceito: o espectador

deixa de ser um agente externo e passa a ser agente ativo da obra; o uso passa a ser definido pela vivência experimental, por uma carga emocional proveniente das memórias vividas, juntamente com a funcionalidade a que o conjunto foi projetado. O presente trabalho<sup>1</sup> busca identificar e refletir sobre novas experiências e abordagens urbanas através do conceito de campo ampliado da arquitetura com a intenção de reativação dos espaços públicos.

Vivemos em novas tendências de urbanização, concepção de ideologias (Kevin Lynch (1960); Pierre Lévy (1999) Jane Jacobs (2000); François Ascher (2010); Jan Gehl (2014)); o que se propõe são habitats dinâmicos, onde se pode morar, trabalhar e ter lazer, e o crescimento inteligente das cidades, em que bairros permitam que as pessoas possam fazer quase tudo a pé, reduzindo o fluxo de automóveis. Agora, a experiência espacial surge através de um processo que atrela estruturas arquitetônicas, sociedade e novas tecnologias de informação, reinventando a experiência na cidade em seu espaço acessível a todos: o espaço público.

## ESPAÇO PÚBLICO

O conceito de espaço público comumente confunde-se com áreas verdes ou espaços de uso comum na cidade. Segundo a Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente (Recife, 2002), três ideias básicas sintetizam a ideia de espaço público: **Exterioridade**, tanto no sentido real físico – a rua, o pátio, a praça, etc. – quanto no sentido simbólico, sendo espaço de liberdade; **Acessibilidade**: condição que caracteriza o espaço público, sendo um espaço comum a todos; **Significados**: espaços públicos costumam estar impregnados na memória, extrapolando sua funcionalidade. Tais locais registram os fatos urbanos que constituem uma cidade. O espaço privado e comum diferencia-se do espaço público por não ser acessível a todos. Existem circunstâncias que

---

<sup>1</sup> O presente artigo apresenta resultados preliminares de um dos eixos da pesquisa "O campo ampliado da arquitetura: os pavilhões temporários e os novos paradigmas de concepção da forma e de apropriação dos espaços públicos", do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), da Ufal.





condicionam seu acesso, como o exemplo de shoppings centers, galerias comerciais, etc. São espaços restritos a grupos sociais específicos, determinados muitas vezes pelo nível de renda e capacidade de consumo.

Compreender a relevância dos espaços públicos na cidade contribui para melhores propostas de planejamento urbano ou intervenções na cidade. Não é difícil perceber que as práticas urbanísticas aplicadas nas últimas décadas não reverteram a crise das cidades em seus desafios urbanos contemporâneos. Tais práticas acentuam o individualismo e a domesticidade ou fortalecem a cultura do movimento, da velocidade, como se os usuários estivessem em constante deslocamento entre os lugares, o que interfere diretamente nas práticas sociais. Os espaços públicos fortalecem as relações coletivas possibilitando o convívio com as diferenças, pois são um lugar de autonomia social. Sendo assim, um novo planejamento urbano, flexível, reativo e integrador, torna atrativos tais espaços.

Com isso, os movimentos sociais urbanos<sup>2</sup> contemporâneos, como o *Urban Prototype*, *Movement Maker*, *Makeathons*, *Urbanismo Tático* e *Participativo*, imprimem significado cultural em termos de gerar novas formas de sociabilidade e valores que se contraponham ao elitismo presente na sociedade. Visam a testar e implementar ideias de melhorias através da colabo-

ração e interação comunitária. Logo, o espaço público apresenta-se como campo ideal para propor e testar ideias, contando com a participação e colaboração dos indivíduos, já que todos têm acesso a ele, possibilitando novos sentidos para os lugares.

## O CONCEITO DE PARKLET E SEUS FUNDAMENTOS

Por efeito de um movimento chamado *Parking Day*, a ideia de *Parklet* foi debatida em São Francisco, nos Estados Unidos, tendo como proposta usar vagas de estacionamento através de instalações arquitetônicas durante um dia para discutir a respeito dos espaços destinados a pessoas e a carros. O escritório de arquitetura e urbanismo Rebar, de São Francisco, criou em 2010 o primeiro *Parklet* (Figura 1), baseado no conceito formado durante discussões que aconteciam há anos. Eles utilizaram duas vagas de estacionamento para construir o espaço onde instalaram mobiliário urbano, tendo caráter público.

O conceito de *parklet* está ligado à ideia do *Urbanismo Tático*: são ações de baixo investimento financeiro, criando possibilidade de transformação urbana a partir de melhorias em pequena escala em um período de tempo determinado. Ele se utiliza da prototipagem de ar-

Figura 1 - *Parklet* projeto piloto, primeiro *parklet* implantado em São Francisco. Disponível em: <<http://pavementto-parks.org/parklets/>> Acesso em 3 de junho de 2017.

<sup>2</sup> "Movimentos sociais urbanos são as manifestações que dizem respeito à habitação, ao uso do solo, aos serviços e equipamentos coletivos de consumo." Disponível em: <<https://movimentosocialurbano.wordpress.com/2013/03/26/o-que-sao-movimentos-sociais-urbanos/>> Acesso em 3 jun. 2017.

tefatos inovadores, como mobiliários urbanos, implantados em microespaços de convivência, feitos com a colaboração do cidadão, sendo experimentado de forma livre, na realidade do ambiente. Tais ações geram pequenas revoluções com grandes impactos para quem vivencia o local, gerando um sentimento de pertencimento, fundamental para o zelo e a apropriação do espaço público.

O *parklet* possibilita aos pedestres o uso da via pública. São espaços disponíveis e convidativos no caminho das pessoas, incentivando a apropriação do que a cidade pode oferecer de mais agradável e igualitário. Outro uso, além do de permanência para descanso ou convivência, é o educativo (Figura 2), onde o espaço possibilita a transmissão da mensagem através da interação com o público. Esse foi o objetivo de um dos projetos instalados em São Francisco, abrigando uma exposição sobre a utilização consciente da água e o seu uso sustentável.

Este projeto está vinculado ao BGC<sup>3</sup> (Clube de meninos e meninas de São Francisco), sendo mantido pelo clube e pelos moradores do local.

## PARKLETS NO BRASIL

No Brasil, a ideia dos *parklets* como espaços públicos foi implantada inicialmente em São Paulo (Figura 3), em 2013, e foi adotada posteriormente por outros estados.

A concepção dos *parklets* no Brasil segue a filosofia inicial do movimento, reduzir o espaço do carro para dar lugar ao pedestre, valorizando o espaço público. Existem também abertura para sugestões de tipologia e de projetos, todos vinculados e licenciados pelas prefeituras. Tendo em vista o crescimento do movimento, as prefeituras de diversas cidades transformaram a ideia original em política pública de ocupação dos espaços públicos da cidade, criando

Figura 2 - *Parklet* com caráter educativo em São Francisco. Disponível em: <<http://pavementtoparks.org/parklets/>> Acesso em 3 de junho de 2017.



<sup>3</sup> BGC: "San Francisco Boys & Girls Clubs", creche local.



normas para a sua implantação e incentivando a multiplicação da ideia. Essa iniciativa existe em São Paulo, como cidade pioneira, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador (Figura 4), Vitória, Fortaleza, Curitiba, Santos, entre outras cidades.

O incentivo privado foi fundamental para a disseminação dos *parklets*. Entendendo que é um ganho mútuo, donos de estabelecimentos investem nos espaços, conscientes de que são públicos e de uso irrestrito na essência do seu conceito. Ao criar espaços agradáveis, criam-se convergências: o público é entregue ao privado de forma velada, orientado através de regulamentações e manuais. Porém, muitas vezes atende aos seus próprios interesses. Ainda existe um longo caminho para se construir uma verdadeira consciência pública, voltada para o coletivo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transdisciplinaridade na arquitetura possibilita apontar caminhos para a produção arquitetônica real diante dos desafios colocados pelos novos tempos, a fim de estimular uma nova compreensão da realidade, articulando elementos que passam entre, além e através das diversas áreas do conhecimento, embasando novas formas de pensar o meio urbano. O desafio para que tais apropriações tenham êxito é cultivar o sentimento de pertencimento, visto que quanto mais a população usa um determinado local, menor é a oportunidade de depredação. Cabe aos cidadãos, diante das ferramentas públicas disponibilizadas, criar e usufruir esses espaços públicos. Somente o depósito de nossas afeições, sonhos e carga emocional diante de tais espaços podem trazer à cidade o senso de "público" esquecido no decorrer dos anos.

Compreender a função do espaço público implica considerar fundamentalmente o uso efetivo que a população lhe dá, visto que é pelo uso que a apropriação acontece. Considerando que iniciativas participativas cidadãs antecederam a elaboração de políticas públicas para ativação de tais espaços, percebe-se o desejo de modelar a cidade segundo o próprio contentamento.

Os *parklets* são espaços multiuso, sendo um movimento que alçou voo e pousou em diversas partes do mundo, multiplicando-se rapidamente nas cidades em que são implantados. Sendo assim, pode-se observar que cada geração de *parklet* vem carregada de novos significados para o lugar, sempre incrementadas de novas tecnologias no processo, nos materiais e em sua construção.

## REFERÊNCIAS

- VIDLER, A. O campo ampliado da arquitetura. In: SYKES, K. **O campo ampliado arquitetura**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- MITCHELL, W J. Fronteiras/rede. In: SYKES, K. **O campo ampliado arquitetura**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- SHULZ-DORNBURG, J. **Arte y Arquitectura: nuevas afinidades**. Barcelona: Gustavo Gili, 1999.
- RECIFE, Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente. **As praças que a gente tem, as praças que a gente quer**: manual de procedimentos para intervenção em praças. Recife: Editora A Secretaria, 2002.
- PAVIMENT TO PARKS. Prefeitura de São Francisco. **San Francisco Parklet Manual**. São Francisco, 2015. Disponível em: <[http://pavementtoparks.org/wp-content/uploads/2015/12/SF\\_P2P\\_Parklet\\_Manual\\_2.2\\_FULL1.pdf](http://pavementtoparks.org/wp-content/uploads/2015/12/SF_P2P_Parklet_Manual_2.2_FULL1.pdf)>. Acesso em: 4 jun. 2017.
- PIRES, C.; Erlich, M. **Prototipagem Urbana**: reativando espaços públicos através de maratonas colaborativas de fabricação digital. Disponível em <[http://www.academia.edu/17309772/PROTOTIPAGEM\\_URBANA\\_reativando\\_espacos\\_digital](http://www.academia.edu/17309772/PROTOTIPAGEM_URBANA_reativando_espacos_digital)>. Acesso em: 9 abr. 2017.

Figura 3 - Parklet em São Paulo. Foto de Jéssica Dias, 2016.

Figura 4 - Parklet em Salvador com captação de energia solar direcionada às tomadas do equipamento público. Disponível em: <<http://axenoticias.com.br/populacao-ja-utiliza-parklet-com-energia-solar-no-bairro-da-graca/>> Acesso em 03 de junho de 2017.

# QUINTAL URBANO EM AÇÃO: METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS E INTERVENÇÕES EFÊMERAS COMO ESTRATÉGIAS DE ATIVACÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Fernanda Lorena Rabelo de Oliveira;  
Graduanda, Universidade Potiguar;  
ferabelo@unp.edu.br

Jessyca Floro dos Santos;  
Graduanda, Universidade Potiguar;  
jessyca\_floro@hotmail.com

Michelle de Melo Monte;  
Graduanda, Universidade Potiguar;  
michellemelo0101@hotmail.com

Renata Maria Nobre de Melo;  
Graduanda, Universidade Potiguar;  
renatanmelo@hotmail.com

Thiago de Carvalho Brito;  
Mestre, Universidade Potiguar;  
thiagobritoarquiteto@gmail.com

## DO ABANDONO À ATIVAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Os espaços públicos brasileiros foram, por muito tempo, locais de encontro, de trocas de experiências e de convivência com o ambiente natural. Essa realidade ainda é encontrada longe dos grandes centros, em municípios de menor número de habitantes e urbanização menos acentuada. Nas *urbis*, no entanto, a lógica de organização e o comportamento dos cidadãos vão de encontro a essa tradição, centrando-se nos espaços privados e provocando o abandono dos espaços coletivos.

Tal mudança – da escolha de opções privadas em detrimento das públicas – ocorre em função da realidade pós-moderna, em que há variáveis a serem consideradas, tais quais a especulação imobiliária, a violência, a efemeridade das relações e o individualismo.

O urbanismo tático, por meio das intervenções efêmeras, busca ressignificar os lugares a partir de ações ágeis, de maneira a possibilitar cidades mais amigáveis aos cidadãos. Além disso, tem por objetivo modificar a forma como esses cidadãos enxergam e criam laços com as cidades e uns com os outros. Essa ressignificação é conceituada por Fontes (2013) como *amabilidade urbana*: "a possibilidade da amabilidade urbana se transforma em uma situação real quando ocorre sobre o espaço potencialmente atraente uma intervenção temporária



bem-sucedida, tornando-o um espaço amável". A amabilidade decorre, ainda segundo Fontes (2013), da transformação do espaço, considerado objeto, para um espaço habitado, passando a fazer parte da memória coletiva do lugar.

Sob essa perspectiva, o grupo de pesquisa QUINTAL URBANO, do Programa de Educação Tutorial de Arquitetura e Engenharia Civil (PET/UnP) parte de um desejo de analisar, discutir e aplicar táticas para ativação dos espaços públicos, por meio de metodologias participativas e intervenções efêmeras. Dentre as atividades que o grupo já realizou ao longo da pesquisa, tem-se o Workshop de Prototipagem Urbana – desenvolvido em parceria com o Centro Acadêmico de Arquitetura e Urbanismo Giácomo Palumbo (CA-GIPA/UnP). Assim, o presente artigo pretende relatar a experiência participativa do Workshop,

que aconteceu nos dias 11 e 18 de março, no bairro de Ponta Negra, em Natal/RN.

## O PROCESSO PARTICIPATIVO: WORKSHOP

O Workshop de Prototipagem Urbana teve como parâmetros básicos oferecer uma capacitação interdisciplinar para o desenvolvimento de soluções urbanas, aproximar os estudantes da experiência prática e promover uma articulação colaborativa entre estudantes, facilitadores e moradores do entorno imediato.

O evento aconteceu em uma residência cedida por um dos vizinhos, o que proporcionou um contato inicial facilitado e positivo com o lugar

Figura 1 – Reconhecimento da área. Fonte: acervo dos autores.











e com as pessoas. Foi aberto para todos os interessados na iniciativa e as atividades foram ministradas por professores da Universidade Potiguar e pelo estúdio natalense de *design*, o Proa. O intuito era transformar as praças do Bicicross e a Des. Licurgo Ferreira Nunes em lugares que possam ser ambientes de convivência, lazer e educação ambiental.

No primeiro dia, 11, os participantes fizeram um passeio de reconhecimento da área para entender melhor o contexto do lugar e as demandas necessárias (Figura 1).

Posteriormente, todos foram divididos em grupos de acordo com as linhas de trabalho previamente estabelecidas: *Mobiliário Urbano*, pensando a reconfiguração dos elementos existentes e a projeção de um novo mobiliário

confortável e lúdico para as praças; e *Sinalização*, relacionando os transeuntes dos arredores com as praças e seus novos espaços públicos. Também foi explorada a sinalização física por meio de painéis, pinturas, totens, entre outros: as *Intervenções Artísticas*, utilizando as diferentes expressões artísticas (pintura, grafite, lambe-lambe, estêncil etc.) para revitalizar o espaço, repensaram-no de forma que os usuários se sentissem acolhidos, seguros e pertencentes ao local. No final, todos os grupos se juntaram e decidiram, de forma coletiva e democrática, quais intervenções poderiam ser realizadas, analisando se eram de baixo custo, fácil execução e se tinham um apelo lúdico, criativo e estético interessante. Abaixo, tem-se a lista com as intervenções escolhidas:

|   |                               |   |
|---|-------------------------------|---|
|  | <b>CISCANDO POR AÍ</b>        | Mutirão de limpeza.   |
|  | <b>A FUGA DAS GALINHAS</b>    | Elaborar cenários lúdicos e criativos tendo como matéria prima o entulho presente nos espaços. O intuito é ressignificar e denunciar esse material. As fotos serão elaboradas pelos próprios participantes com os seus celulares e divulgadas na rede social Instagram, com a hashtag #quintalurbano. |
|  | <b>POLEIRO DOS DESEJOS</b>    | Coleção de ideias escritas à mão livre em quadrados coloridos de papel. Elas serão expostas na cerca da pista de Bicicross e, ao mesmo tempo em que cria um mostruário de ideias, também humaniza um equipamento que na maioria das vezes proporciona distanciamento e frieza (a cerca).              |
|  | <b>AQUI É PANCs</b>           | Registro e identificação das plantas comestíveis e medicinais (PANCs) que existem nas praças. Essa ação visa a desmistificação das espécies e estimulando um novo olhar para "os matos" em volta.   |
|  | <b>ENALTECENDO OS "MIGOS"</b> | Registrar e identificar os animais que vivem nas praças e ressaltar a sua importância para aquele microecossistema.   |
|  | <b>PISANDO EM OVOS</b>        | Resgatar a vivência do caminhar por meio de pinturas lúdicas no chão com stencils, para evidenciar o trajeto feito pelo transeunte, denunciando as condições precárias que o local e as pessoas enfrentam.  |
|  | <b>GALINHEIROS</b>            | Espaços para socializar e para práticas recreativas. A ideia é recuperar um espaço já adotado pelos moradores do entorno imediato, com pinturas, limpeza e equipá-lo com mais mobiliários e brinquedos.   |
|  | <b>CACAREJARTE</b>            | Distribuição de lambe-lambes e stencils.  |



No segundo dia, 18, com as intervenções definidas e aceitas por todos, os participantes se dividiram novamente para iniciar o processo de execução. Houve um engajamento coletivo muito intenso e significativo (Figura 2).

Os participantes conseguiram realizar todas as iniciativas propostas e as concluíram com êxito. A participação da comunidade no processo também foi um ponto importantíssimo para o enriquecimento do Workshop. No encerramento das atividades (Figura 3), houve uma confraternização, com lanche coletivo e entrega de certificados e, além disso, um momento de feedback para levantar pontos positivos e negativos do evento para outros que virão a ser realizados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendendo que a arquitetura participativa se faz necessária devido à importância da visualização do espaço público escolhido como local de interesse coletivo, deve-se considerar a opinião e o anseio daqueles que o rodeiam e dele farão uso, de maneira a garantir a democracia e a inclusão na construção do projeto. No momento em que a comunidade tem a oportunidade de expor a sua realidade, torna-se mais fácil a adaptação do projeto e a sua leitura funcional, ou seja, os objetivos são alcançados de forma mais efetiva e as soluções são encontradas mais rapidamente.

Figura 2 – (a) Intervenção “Enaltecendo os migos”. (b) Coruja se apropriando da intervenção. Fonte: acervo dos autores.

Figura 3 – Encerramento do evento. Fonte: acervo dos autores.





Figura 4 – Equipe que participou do Workshop. Fonte: acervo dos autores.

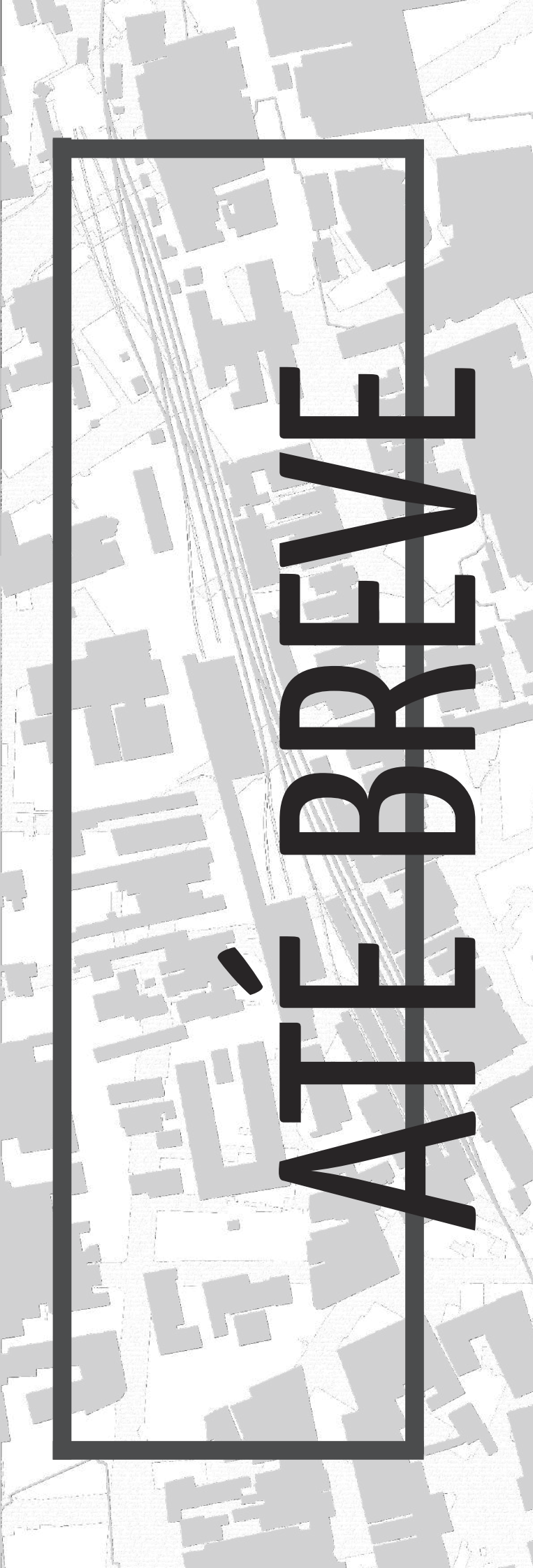
O Workshop proporcionou a reunião de estudantes, profissionais e moradores em prol do resgate da vivacidade dos espaços públicos. Para a professora Raissa Mafaldo, coordenadora do GT de Sinalização, “o workshop foi um evento inspirador, que trouxe os espaços públicos de volta para as pessoas, aproximando a comunidade desses lugares”. A mestrandia em Arquitetura, Camila Nobre, classificou como “maravilhosa” a experiência no evento: “Durante toda a graduação e o mestrado você não vive tantas experiências práticas como essa. Essa proposta é muito enriquecedora para todos”. Após o Workshop, foi possível observar que a contribuição do evento para a comunidade foi positiva. Os moradores começaram a se articular para fazer melhorias na praça. Reuniões

quinzenais, mutirões de limpeza, oficinas para órgãos responsáveis, panfletagens, execução de uma quadra de vôlei e sinalizações foram algumas das mudanças que foram e estão sendo feitas no local. Essas transformações são ainda mais motivadoras para que o grupo de pesquisa QUINTAL URBANO continue os seus trabalhos e mantenha sempre esse caráter social e participativo para promover a ativação dos espaços públicos natalenses.

## REFERÊNCIAS

FONTES, Adriana Sansão. **Intervenções temporárias, marcas permanentes:** Apropriações, arte e festa na cidade contemporânea. Rio de Janeiro: Casa da Palavra: Faperj, 2013.  
PRONSATO, Sylvia. **Arquitetura e paisagem:** projeto participativo e criação coletiva. Rio de Janeiro: Annablume, 2005.





# ATÉ BREVE

“inicialmente nós moldamos a cidade - depois elas nos moldam. (...)  
Uma cidade de pessoas para pessoas”  
Jan Gehl

Formato: 210mm x 297mm  
Tipologia: texto Abel, títulos Yanone Kaffeersatz  
Papel miolo: Off-set 75g/m<sup>2</sup>  
Papel capa: Reciclado 180g/m<sup>2</sup>  
Tiragem: 150 exemplares  
Impresso em 2017



Esta obra foi impressa na oficina da Editora Q Gráfica  
Campus Universitário, BR 101, Km 97,6  
Tabuleiro dos Martins - Fone: (82) 9 9351.2234  
CEP: 57.072-970 - Maceió - Alagoas - Brasil  
E-mail: [qgrafica@yahoo.com.br](mailto:qgrafica@yahoo.com.br) - [www.qgrafica.com.br](http://www.qgrafica.com.br)

## REALIZAÇÃO:

